

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

OLIVEIRA, Amaury Banhos Porto de. Amaury Banhos Porto de Oliveira (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 1min).

**Amaury Banhos Porto de Oliveira  
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2016

## *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Kelly de Souza Ferreira;

**Levantamento de dados:** Kelly de Souza Ferreira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Kelly de Souza Ferreira;

**Técnico de gravação:** Kelly de Souza Ferreira;

**Local:** São Paulo - SP - Brasil;

**Data:** 04/12/2014 a 04/12/2014

**Duração:** 3h 1min

Arquivo digital - áudio: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “O Brasil em Crises Internacionais”, desenvolvido pelo Centro de Relações internacionais do CPDOC com financiamento da presidência da FGV, entre junho de 2013 e maio de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a formação de um banco de fontes orais. A escolha do entrevistado se justifica por sua longa carreira na diplomacia brasileira sendo uma importante fonte para subsidiar as análises históricas do projeto.

**Temas:** Acordos e tratados políticos; Ásia; Assuntos jurídicos; Atividade profissional; Austrália; Brasil; Carreira diplomática; China; Ciência e tecnologia; Comércio exterior; Conflitos internacionais; Congressos e conferências; Cooperação acadêmica; Cooperação econômica; Diplomacia; Ditadura; Economia; Egito; El Salvador; Energia; Funcionalismo público; Getúlio Vargas; Golpe de 1964; Holanda; Instrumentos de pesquisa; Intelectuais; Iraque; Israel; Líbano; Luís Carlos Prestes; Ministério das Relações Exteriores; Obras de referência; Orlando Leite Ribeiro; Palácio Itamaraty; Pensamento político; Petróleo; Política; Política externa; Regime militar; Relações internacionais; Romênia; Trajetória política; Universidade de São Paulo; Universidade Estadual de Campinas; Venezuela; Viagens e visitas;

## *Sumário*

Entrevista: 04/12/2014

Entrada no Itamaraty em 1944; observações acerca do formato do concurso à época; comentários sobre problemas políticos que dificultaram sua carreira; relato da sua experiência sobre o problema árabe-israelense; observações relacionadas à sua primeira saída ao exterior; esclarecimentos sobre o inquérito para o qual foi chamado como testemunha; envolvimento no episódio da carta de João Cabral de Melo Neto endereçada ao Paulo Cotrim; comentários sobre a relação de Orlando Leite com Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes; resistências encontradas dentro do Itamaraty devido a suas posições políticas; ida para El Salvador e transferência para Honduras; esclarecimentos acerca da punição recebida no processo no qual foi chamado como testemunha; comentários e impressões sobre sua trajetória de postos no Itamaraty; retorno ao Brasil em 1964; observações sobre a organização de uma Conferência dos Embaixadores da Área do Oriente Próximo; comentários sobre a estadia no Cairo e vontade de retornar ao Brasil; menções às dificuldades para obter um cargo devido ao regime da Ditadura Militar; a ida para Beirute (1973) e os conhecimentos adquiridos sobre petróleo; relato sobre o início da guerra civil libanesa e esvaziamento da embaixada; comentários sobre a logística de funcionamento da chancelaria brasileira no Líbano durante a guerra civil; fechamento da embaixada em Beirute e saída do Líbano; ida para Caracas (1976) e trabalho acerca do petróleo; relato da ida para Rotterdam e trabalho com as fontes de energia em geral; análise acerca da sua produção intelectual sobre a questão do petróleo; comentários sobre as circunstâncias da sua promoção a embaixador (1979); observações sobre a relação com os ministros conselheiros da Romênia e do Iraque para maior aproximação com conhecedores do petróleo; centralidade da questão de energia na sua carreira; promoção a ministro de primeira classe (1987); impressões sobre Cingapura e estudo do local devido ao grande interesse do Itamaraty; ascensão dos Tigres Asiáticos; lembranças sobre suas viagens no leste asiático em contato com universidades; relato do início de seu interesse pela China; menção às viagens realizadas às universidades australianas; observações acerca do surgimento e idas a reuniões da PECC (Pacific Economic Cooperation Council); aposentadoria e retorno ao Brasil (1990-1991); início do trabalho no IEA (1991); retomada da produção intelectual através das “Cartas de Cingapura”; relato sobre a importância das suas publicações; ida a China com auxílio da Funag e substituindo um amigo em um seminário; comentários sobre sua pesquisa em Pequim e os contatos feitos; impressões sobre a China; análise sobre suas produções intelectuais sobre as relações Brasil-China; comentários sobre a criação do Ibrach (Instituto de Estudos Brasil-China); análise do papel de Antônio Barros de Castro no instituto; impressões sobre a criação do Centro de Estudos Brasil-China, na Unicamp; comentários acerca da palestra realizada na inauguração do Centro; impressões sobre as relações atuais Brasil-China; opiniões relacionadas ao posto observador criado na China ainda antes das relações diplomáticas serem estabelecidas; análise do rompimento das relações diplomáticas com a China e restabelecimento em 1974; impressões sobre as reformas de Deng Xiaoping; impressões sobre as relações Brasil-Cingapura; críticas a respeito da culinária chinesa; questões relacionadas à influência chinesa em Cingapura; análise acerca dos conhecimentos sobre Cingapura de Carlos Eduardo Riberi Lobo; citação de livros relacionados ao tema China.

**Entrevista: 04.13.2014**

**K.F.** - Estamos aqui entrevistando o embaixador Amaury Porto. Embaixador, conte-nos sobre a sua entrada no Itamaraty.

**A.O.** - Bom, eu entrei para o Itamaraty por concurso direto do Dasp. Quando eu entrei não havia ainda o Instituto Rio Branco. A turma seguinte à minha já foi pelo Instituto Rio Branco, mas eu fiz o último concurso do Dasp, em 1944. Da minha turma foram o Antônio Houaiss, o Ramiro Guerreiro (foi o primeiro colocado da minha turma), o João Cabral de Melo Neto, o Ciro e vários outros. Nós fomos, no total uma turma de vinte e cinco. Eu tinha, na ocasião, dezenove anos. Não fiz faculdade, terminei o ensino médio daquela época, que era de cinco anos e dali já se fazia o vestibular. Ao invés do vestibular eu fiz o concurso direto para o Itamaraty, que o Dasp promovia. Não pedia diploma de curso superior, bastava você ter dezoito anos, se inscrever e passar. Foi o que eu fiz. E, então, vim a ter quarenta e cinco anos de carreira na ativa. Mas, como eu disse a pouco a você, eu logo de saída tive um problema político, devido a minhas posições políticas. Em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, quando houve aquela onda democrática no mundo e no Brasil, o Partido Comunista com quinze membros na Constituinte e tal. Então, eu tomei posições políticas que prejudicaram a minha carreira. Acompanhara-me a vida inteira sob restrições. Toda a minha carreira foi muito lenta porque eu fui sendo promovido por antiguidade só. A minha turma passava, passava, passava, as promoções por merecimento, a turma seguinte... Eu ficava marcando quadro. Mas, como eu tinha entrado muito jovem, tive tempo o bastante para chegar a embaixador. No correr desses anos todos, por pura casualidade na parte inicial, mas depois por opção minha, eu tive a maior parte dessa carreira voltada para o problema árabe-israelense. Um dos meus primeiros postos foi em Tel-Aviv e eu lá descobri o sionismo, descobri toda essa problemática de Israel, percebi o nacionalismo árabe, não sosseguei enquanto não acabei no Cairo para ver o outro lado do problema (porque eu tinha visto o de Israel). Passei quatro anos no Cairo em certo momento. Por causa desse conhecimento dos dois lados, eu, durante dois anos, fui chefe da divisão do Oriente Próximo. Curiosamente, foi logo depois da chamada Revolução Gloriosa, ou do Golpe de Estado de 1964. Eu cheguei do exterior, da minha primeira saída... De uma segunda, na qual eu estive em Israel e no Marrocos.

**K.F.** - Qual foi a sua primeira saída e para onde?

**A.O.** - A primeira foi para a América Central. Com muita dificuldade, eu fui para El Salvador. Em El Salvador estourou o tal problema político também, eu fui chutado de El Salvador para Honduras, enquanto rolava um processo administrativo no qual eu fui ouvido como testemunha deste processo, mas fui punido junto com os indiciados.

**K.F.** - Qual foi o processo administrativo?

**A.O.** - Foi o processo famoso em torno de uma carta que o João Cabral de Melo Neto tinha escrito para o Paulo Cotrim - meus colegas de entrada no Itamaraty. O Cotrim não do meu concurso do Dasp, mas de um concurso de títulos, porque houve uma grande reforma no Itamaraty desta ocasião. E um grande número de pessoas da área judicial foram também nomeadas para o Itamaraty: entre eles o Cotrim, que era neto do Conselheiro Lafayette. Em certo momento, já em 1950, o João Cabral escreveu uma famosa carta para o Cotrim, que foi interceptada pelo Mário Calábria. O Mário Cabábria abriu essa carta, que na minha opinião foi escrita por influência dele, que era muito ligado, muito amigo do Cabral, e essa carta foi escrita alguns dias depois dele ter estado hospedado na casa do Cabral. Quando ele saiu da casa do Cabral, em um período de Natal, voltou para o posto dele em Frankfurt, o Cabral escreveu essa carta para o Cotrim, que estava em Hamburgo. Mas a carta, ao invés de parar em Hamburgo, foi parar em Frankfurt e com o nome do Cotrim mas... O envelope foi publicado pelo Carlos Lacerda. O Carlos Lacerda fez um grande escândalo em torno disso. Isso aí foi um grande escândalo movimentado pelo Carlos Lacerda, que esteve no começo daquela campanha que terminou no suicídio do Getúlio. Esta carta e esta campanha do Lacerda estão um pouco no começo disso aí. O Lacerda, durante uma semana, fez um estardalhaço em torno dessa carta, de um funcionário do Itamaraty que ele pode, de uma forma ou de outra, associar a isto. Cada um de nós mereceu um dia dentro da Tribuna da Imprensa, encabeçando os artigos fantásticos do Lacerda e tal. O inquérito administrativo girou, foi impulsionado pelo Mário Calábria com a ajuda pública do Carlos Lacerda. E esse inquérito administrativo e policial que foi montado para esclarecer as condições dessa carta, quando foi concluído... No correr do inquérito, eu e outros muitos fomos ouvidos como testemunhas. Eu estava chegando a Honduras, vindo de El Salvador. No dia da minha chegada tinha lá um telegrama a minha espera com uma série de quesitos que eu respondi. Como testemunha, eu não era indiciado, eu nunca fui indiciado.

**K.F.** - E qual era o conteúdo da carta?

**A.O.** - Ah, uma bobagem. Para se resumir: o Cabral, nessa carta dirigida ao Cotrim, diz: “Olha, eu não sei se você sabe, mas aqui”- estava em Londres o Cabral- “aqui em Londres eu estou

em contato com pessoas muito interessantes”. Não foi uma linguagem desse tipo, mas que você percebia que ele estava falando que eram os dirigentes do Partido Comunista inglês. “Mas o desconhecimento deles em torno do Brasil era total, absoluto. Eu tenho procurado suprir essas ignorâncias dele, tenho tido boas conversas com eles e tal, e até imaginamos publicar uma espécie de boletim, de uma revistinha, voltada para a América Latina e para o Brasil em especial, para que o público inglês - esse público interessado - saiba mais o que é o Brasil. Então, eu acho que você”- você, Cotrim- “é o homem ideal para fazer um artigo sobre a economia brasileira nesse momento, sendo focada pela Inglaterra, pela Alemanha, pelo Japão. Você terá os dados para isso, se não tiver, eu supro isso. Mas seria muito importante que você fizesse esse artigo” e tal. Essa carta foi isso.

**K.F.** - Realmente é muito simples.

**A.O.** - Mas como eu disse a você, essa carta foi escrita, e o Cabral... A defesa dele, nos inquéritos depois, disse que era uma brincadeira. Porque dois meses antes o Cotrim tinha passado lá por Londres, vindo da África do Sul para Hamburgo promovido, quer dizer, removido. E ele tinha achado o Cotrim, que supostamente era um sujeito progressista, muito “granfinizado”, interessado em pratas e tapetes e coisa e tal. E que ele fez aquilo para dar uma gozação. Bom, mas em relação às circunstâncias dessa carta, como eu comecei dizendo, ela foi escrita, datada e posta no correio alguns dias antes... Depois de o Mário Calábria, que tem toda uma história exatamente - de sujeito à serviço do SNI, da CIA e outras agências, mas que tinha sido meu colega de turma, portanto, do Cabral também. E quando ele estava estudando para o concurso do Itamaraty eles foram companheiros de República, de estudantes, se conheceram muito ali, fizeram juntos um cursinho, ficaram muito amigos. O Calábria era um sujeito melífluo, que me cercava, me cercou muito durante muito tempo e tal. Então ele estava em Frankfurt, o Cabral em Londres, e eles, ele e a mulher, foram passar o natal em Londres junto com o Cabral. Havia uma ideia, que eu tinha, de que eles tinham se hospedado na casa do Cabral. Ele, Calábria, fala desse episódio num livro de memórias que ele publicou, *De Cuiabá a Berlim*. E ele aí insiste que ele estava em um hotel. Mas em um hotel, ou dormindo em um sofá na casa do Cabral, eles passaram aqueles dias do Natal juntos o tempo todo. Aí ele voltou para Frankfurt. Dias depois o Cabral teria escrito esta carta, teria posto no correio para Hamburgo. Mas o Lacerda, em uma das reportagens que ele escreveu, ele publicou o envelope desta carta. No envelope está escrito Paulo Cotrim, Consulado do Brasil, Hamburgo. Hamburgo que estava riscado com tinta, escrito em baixo “Frankfurt”. Então a carta, ao invés de ir para Hamburgo, foi para Frankfurt, mas endereçada ao Paulo Cotrim, mas o Calábria se

apropriou desse envelope e abriu, leu, chamou um coronel do serviço secreto brasileiro que estava em missão em Frankfurt. Isso tudo ele conta no livro. Ele, então, entregou essa carta fazendo um estardalhaço, porque era um crime de lesava pátria aquela carta. Era um negócio de subordinar o Brasil à União Soviética.

**K.F.** - E aquele estardalhaço de sempre sobre o comunismo estar entrando no Brasil.

**A.O.** - Pois é.

**K.F.** - E isso teve repercussões na sua carreira, pelo visto, que mesmo como testemunha o senhor foi chamado ao processo.

**A.O.** - É, porque, no primeiro momento, antes do Carlos Lacerda (o Carlos Lacerda vem depois), o Cabral, de posse daquela carta, que segundo ele conta, ele tremeu quando abriu. Ele era um patriota e tal. E aquilo: “jamais poderia fazer uma carta daquela”, que era uma coisa de lesa pátria e tal, correu e entregou a esse coronel. Passaram-se os meses e nada aconteceu. Não houve o escândalo que ele imaginava. Aí, diante dessa falta de repercussão, ele voltou atrás, o Calábria, e entregou a carta ao Carlos Lacerda e o Carlos Lacerda fez esse estardalhaço, aproveitando da carta. O Carlos Lacerda não estava interessado em mim, no Cotrim, em ninguém. Carlos Lacerda estava interessado no Getúlio. Todas essas grandes reportagens fantásticas do Lacerda eram cutucando o Getúlio. No meu caso particular, o estardalhaço que o Carlos Lacerda fez foi em torno da minha remoção para El Salvador, porque no mês seguinte a eu estar em El Salvador, tinha assumido o departamento de administração - o famoso DA do Itamaraty - o Orlando Leite Ribeiro. Orlando Leite Ribeiro, como lá o chamam, amigo do Getúlio, amigo também do Luiz Carlos Prestes, em função dos pampas, não é, não era nada de comunista nada, mas era um amigo de peito, gaúcho, do Luiz Carlos Prestes. Participou da Coluna Prestes. Coluna Prestes que também não tinha nada de comunista. Prestes veio aderir ao comunismo depois...

**K.F.** - Muito tempo depois.

**A.O.** - Mas o Orlando Leite Ribeiro, amigo de cama e mesa do Getúlio, amigo de cama e mesa do Luiz Carlos Prestes, como bom gaúcho, sujeito destemido, o Prestes estava preso lá naquele morro de Santo Antônio. E ele ia visitar o prestes na cadeia. Era um sujeito que se submetia a isso, tocava a campanha da prisão e dizia: “Eu vim visitar o senhor Luiz Carlos Prestes” e entrava. Então, era um sujeito que tinha que ser respeitado, porque não tinham nada contra ele, e ele era amigão do Getúlio, que estava no poder, mas ele fazia o que ele queria. Bom aí, em

uma tratantada entre ele e o Getúlio acabou ministro da carreira diplomática: entrou direto como ministro e assumiu o posto de chefe do DA, do Departamento de Organização - do administrativo do Itamaraty, que cuida da remoção. Então, em um jogo de bangu, eu tinha ficado quatro anos sem posto, por causa das minhas posições. Antes do inquérito administrativo, mas das minhas posições etc.

**K.F.** - Quais eram as suas posições e quem basicamente ficava contra o senhor no Itamaraty, que o segurava?

**A.O.** - Basicamente, como eu disse a você, naquele período de euforia democrática, o Partido Comunista com quinze membros na Constituinte. Eu mostrava minha simpatia, trabalhei pelo Partido fazendo campanhas financeiras no Itamaraty, participando de comícios. Às claras, sem nenhum desejo de esconder. Todo mundo no Itamaraty sabia das minhas posições. E isso foi usado contra mim então, e eu fui mantido sem ir para o exterior, sem posto, durante quatro ou cinco anos. Toda a minha turma tinha ido para o exterior e eu fui mantido lá. Até que em um jogo aí em Hamburgo, um primo meu, que estava na posição de ministro do Itamaraty, conseguiu lá uma fresta e eu fui mandado para El Salvador, na América Central. Um posto que precisava urgentemente de um secretário e não conseguiam ninguém para ir pra lá, então eles me mandaram. Quando eu estava lá, depois de dois anos, estourou, começou a estourar essa história. El Salvador, que era um país tremendamente anti-comunista - dizia “comunista” e eles tremiam nas bases. Quando chegou a eles o conhecimento disso que havia acontecido no Rio de Janeiro, eles pediram imediatamente a minha saída. Aí eu fui chutado para Honduras em Honduras eu recebi esse quesito, já do inquérito, que afinal tinha sido aberto depois do escândalo montado pelo Lacerda. O Calábria conseguiu então que fosse aberto um inquérito administrativo e policial. Eu e outros recebemos esse questionário, que eu respondi. A minha participação no inquérito foi essa: receber, no posto, um questionário que chegou pela forma de um telegrama secreto, e eu respondi aquilo, eu mesmo cifrei, o chefe da delegação conferiu e mandamos. Alguns meses depois aquilo estourou sob a forma das punições. A punição que houve, completamente arbitrária, foi a de botar não somente os dois digitados - o Cabral como autor da carta, o Cotrim como receptor da carta (os dois que, supostamente, estavam tramando uma conspiração), mas todos os outros que foram ouvidos como testemunhas, todos fomos postos em disponibilidade na ativa, sem remuneração. Isso significava na prática, demissão. Porque “disponibilidade” é: você não vai trabalhar. “Sem remuneração” você não... Na “disponibilidade” você ganha, “sem remuneração” quer dizer: você estava desempregado,



estava de fora. Bom, nós entramos (os que sofreram essas penas) com um mandato de segurança direto contra o presidente no Supremo Tribunal Federal.

**K.F.** - Isso foi em que ano?

**A.O.** - Foi em 1953, 1954. Aí ganhamos por unanimidade no Supremo. Unanimidade dos ministros, todo mundo nos deu, logo de cara. E o acórdão foi concebido então, faz tempo... Que aquela pena foi considerado como... Há uma expressão jurídica que é dita em francês: *nul non n'avait lu*, quer dizer, é como se nunca houvesse existido. Ela não figura em nenhum...

**K.F.** - Nenhum ato, nenhuma lei.

**A.O.** - Nenhum texto. No anuário do Itamaraty, que tem a carreira de cada um, trocada em detalhes “foi promovido para aqui, foi mandado para lá e etc”, não figura isso aí, porque o Supremo Tribunal não só nos deu ganho de causa, anulou o decreto... A disposição lá da portaria do Presidente, mas considerando aquele ato como *nul non n'avait lu*. Segundo se constou na época, Getúlio ficou furioso com a história, porque ele tinha sido enviado lá pelos assessores dele a assinar aquele negócio. E a única reação do Getúlio foi escrever “Cumpra-se” e mandar para o Itamaraty. Bom, mas com isso e já com a história que eu tinha anterior minha carreira foi muito prejudicada. Eu não tive promoções por mérito, a não ser anos depois, quase que *in extreme*, quando eu fui promovido a ministro, e depois a Embaixador, sem ser por mérito. Mas nessas circunstâncias eu já tinha atrás de mim nessa altura uma carreira de 35, 36 anos de bom trabalho.

**K.F.** - Coloque um pouco dos seus cargos ao longo da sua carreira. Em que ano que o senhor foi... Depois de Honduras, para onde o senhor foi?

**A.O.** - A missão de Honduras foi interrompida. Depois de seis meses eu vim para o Itamaraty, em “disponibilidade na ativa”. Fiquei um ano nessa situação, enquanto corria o processo no Supremo Tribunal, do mandato de segurança. Depois voltamos, na base do “cumpra-se” do Getúlio, voltamos para o Itamaraty. Mas, na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores era o Raul Fernandes, um velho super-reacionário, que teve que cumprir a ordem do Presidente: “Eles voltam, mas não terão posto no exterior. Vão ficar aqui de castigo”. O que era um absurdo. Quem veio, no fim das contas, a se insurgir contra essa determinação do Raul Fernandes e a quebrar essa decisão dele foi nada menos, nada mais que a senhora, que na ocasião era ministra, e depois veio a ser embaixadora de grande projeção no Itamaraty, chamada Odete de Carvalho e Souza, que era conhecida como a líder do anticomunismo no

Itamaraty. Mas era uma criatura íntegra, tendo as posições políticas dela, era realmente essa adida representando o Brasil na CIA, que era coisa posterior. Ela representava o Brasil no FBI. No livro do pessoal, figura lá no ano tanto, ela participou de uma conferência das políticas federais não sei o que e tal, nos Estados Unidos, nos anos tal. E ela era a representante realmente dessa corrente ideológica. Mas, apesar dessas posições dela, eram posições. Assim como eu tinha as minhas, ela tinha as dela. Eu sei porque, por exemplo, entendo a posição dela e sempre a respeitei muito. E ela sempre teve um grande respeito por mim a vida toda. Mas foi essa Odete de Carvalho e Souza que se insurgiu contra essa determinação do Raul Fernandes de não nos dar postos, e ela defendeu uma posição correta. Porque há diplomatas no exterior, diplomatas no Brasil não existe. É contra a lógica. E ela lutou então para nós termos posto. Foi ela que me mandou para Tel-Aviv.

**K.F.** - Isso em qual ano?

**A.O.** - Já em 1956. Nós ganhamos o mandato em 54, mas aí houve toda essa luta para termos posto, afinal foi em 1956 que eu fui para Tel-Aviv. Não precisa contar todos os senões dessa luta nesses dois anos, mas eu que supostamente era o *patinho feio*, não tinha *pistolão* (todos os outros estavam se arrumando com *pistolões* coisa e tal, para sair, para ter postos). Mas os postos eram escolhidos... Saía uma portaria, não lembro, havia um escândalo no jornal e a coisa era anulada. E eu sei de fontes certas, não precisa contar por como, por quê, que por trás desses anúncios que apareciam nos jornais: “Juscelino nomeou comunistas para o exterior”. Thales Schulman, era um grande correspondente conhecido do *The New York Times* no Rio de Janeiro. Eu sei e posso atestar que quem deu serviço para o Thales Schulman foi Mário Calábria. Mário Calábria foi um diabo que ficou montado nas nossas costas. Ele morreu no ano passado, o Mário Calábria. Então você queria o meu itinerário: afinal, nessa luta da dona Odete para nos dar os postos, ela escolheu Tel-Aviv para mim, porque achou, com justeza, que Israel não ia botar em causa a minha nomeação para lá. Israel nessa altura não tinha feito ainda dez anos de existência. Era um país ainda muito aberto, muito democrático. Este período na história de Israel é chamado o “Período Pioneiro”, esses dez ou quinze anos iniciais. Depois desandou. Hoje é um país fascista, racista. Então, eu cheguei. Enquanto outros países pediam anulação das nossas remoções, eu tinha sido inclusive antes removido pela dona Odete. O primeiro posto que ela escolheu para mim foi a Cidade do Porto, mas o governo de Portugal pediu que eles não me mandassem para lá. Aí ela pensou, pensou, pensou e mandou para Israel. Eu fui aceito e fiquei lá por quase quatro anos. Descobri lá o sionismo, com a criação do Estado de Israel,

vislumbrei o outro lado da medalha, ou seja, o nacionalismo árabe. Saí de Israel ansioso por servir em um país árabe, para conhecer o outro lado da medalha.

**K.F.** - O senhor foi em 1958 para o Egito?

**A.O.** - Não, muita coisa. Em 1956 eu fui para Israel, fiquei lá até 1959. Em 1959, eu fui ser cônsul no Southampton na Inglaterra. De lá, dois anos depois, eu pedi para ir para um país árabe. Queria ir para o Egito para ajudar, mas só consegui ir para o Marrocos. Foi um posto ideal, o segmento ali do Marrocos. Só que, do ponto de vista, do problema árabe-israelense, era um país meio oscilar, não tinha muita coisa. Não me satisfez desse ponto de vista. Mas gostei muito do posto. Em Marrocos fiquei quase quatro anos. De lá voltei para o Brasil, por coincidência, eu voltei junto com o golpe militar de 1964. E que estava num primeiro momento ainda - não tinha havido o AI8. O próprio governo já dos militares, do Castelo Branco, eles me nomearam para chefiar a Divisão do Oriente Próximo, que estava vaga, precisando de gente. E como eu tinha aquela experiência - Tel-Aviv e Marrocos - fui um chefe ideal para esta Divisão. De onde eu saí dois anos depois, após ter organizado uma chamada Conferência dos Embaixadores da Área do Oriente Próximo, que na ocasião, do ponto de vista do Itamaraty, ia do Marrocos ao Irã, passando por Egito, Síria, Israel, etc. Eu boleei, planejei, escrevi os prolegômenos, fui o secretário no andar da coisa, que se reuniu em Roma. Então, foi um trabalho que eu fiz e que eles tiveram que engolir. Essa conferência me deu um grande prestígio, mas não me deu promoções nem nada. Eu estava planejando ir para Beirute, dentro da minha área, como sendo o melhor posto da minha área, Eu fui o chefe da Divisão do Oriente Próximo, o Carlos da Ponte Ribeiro Eiras era na ocasião o chefe do Departamento do Oriente Próximo e Europa Ocidental. Então, eu era subordinado a ele, trabalhava diretamente sobre as vistas dele. Ele gostava imensamente do meu trabalho e eu o conheci nessa posição. Mas ele passou a gostar muito do meu trabalho, de mim pessoalmente. Quando eu estava já com dois anos de chefe da Divisão, dois anos no Itamaraty, já começando a pensar e nova volta para o exterior, e pensando em Beirute, ele Carlos Ribeiro Eiras, me chamou um dia lá: “Mas você não está pensando em posto?”. “Estou, Beirute”. “Por quê Beirute?” “Assim, por isso, por isso e aquilo”. “Você é novo. O que você diria de ir para Haia?”. “Gostaria imensamente”. “Pois é, porque eu vou te dizer, reservadamente, confidencialmente, eu vou ser o novo embaixador em Haia. Essa coisa está sendo questionada aqui. E se você estiver de acordo, eu te levo”. Então, eu fui para Haia. A primeira vez em um posto assim, digamos, um pouco “de sobremesa”. Embora, do ponto de vista do Itamaraty, para os grandes corredores, Haia era um posto secundário. Eu conheci um que foi para Haia e fez tudo para sair. “Haia, porcaria de posto”.

Eles só pensavam em Paris, Londres. Olha, eu fui para Haia e gostei imensamente. Fiquei lá mais de dois anos com o Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, grande amigo meu. E aí eu consegui ir para o Cairo. De Haia eu fui para o Cairo, fiquei quase quatro anos no Cairo.

**K.F.** - Quando você chegou no Cairo, era qual ano?

**A.O.** - 1969. Eu cheguei no Cairo na noite de trinta de setembro de 1969. Quando eu acordei no meu primeiro despertar no Cairo, primeiro de outubro de 1969, tinha começado a revolução do Kadafi, o Kadafi tinha tomado o poder na Líbia. Bom, aí eu fiquei esses quase quatro anos no Cairo. Para você ver como as coisas tinham mudado, na minha volta antes ao Brasil, já sob o Regime Militar, o regime do Castelo Branco, o Itamaraty do Castelo Branco, não tinha tido problema em me nomear chefe de uma divisãozinha sem maior importância, a Divisão do Oriente Próximo.

**K.F.** - Qual foi o comportamento do Brasil? O senhor recebeu alguma instrução sobre como o Brasil deveria proceder nessa questão da Líbia?

**A.O.** - Não, ali não tinha posição nenhuma. Na Líbia não precisava realmente de uma posição. Eu não tive conhecimento se eles mandaram algum ofício especial lá. Mas para você ver a diferença dos tempos, quando eu estava para terminar o meu período no Cairo, eu já tinha oito anos de exterior. Já tinha rompido os limites de permanência no exterior e de permanência naquele posto também. Já ia para quatro anos lá. Então, o normal, o que tinha que ser feito era eu voltar para o Itamaraty, fazer o meu estágio no Itamaraty. Eu estava preparado para isso. Tanto que a minha filha, na ocasião, ia fazer o vestibular para entrar no ginásio. Eu me ocupei disso tudo, onde ela ia estudar, pedi férias no final ainda de 72. Nós fomos para o Cairo em 69, e nós já estávamos 72. Eu pedi férias, vim ao Brasil em férias, deixei a minha mulher e a filha, eu tinha um apartamento no Rio de Janeiro, deixei elas lá, gestionei o negócio do ginásio para minha filha e voltei para o Cairo para esperar a minha necessária remoção para o Brasil. Mas aí, o DA do Itamaraty na ocasião, que era chefiada por um colega editor meu, oficialmente um bom amigo meu, Álvaro Delicese, mas que era um sujeito trêmulo, medroso. O Álvaro Delicese estava em “palmas de aranha” para saber o que iria fazer comigo quando eu voltasse para o Itamaraty. Iam me colocar onde? Iam fazer o quê comigo? Perguntou, mandou um ofício ao SNI, perguntando se havia objeção a eu ser nomeado chefe da Divisão da África. A Divisão da África tinha sido chefiada interinamente daquelas outras vezes como chefe real do Oriente Próximo, com todos os pré-requisitos. Fui também durante algum tempo, chefe interino da

Divisão da África, que era na sala ao lado, mas que não tinha chefe. Então eu chefeiei interinamente a Divisão da África.

**K.F.** - Quem estava na Divisão da África nessa época?

**A.O.** - Na época que eu chefeiei interinamente?

**K.F.** - Sim.

**A.O.** - Não tinha ninguém. Na época que eles perguntaram se eu podia assumir, também não tinha ninguém. Por isso é que eles perguntaram se eu podia ser nomeado chefe da Divisão da África. O Delicese ficou tremendo nas bases, sem saber o que fazer comigo quando eu me apresentasse ao Itamaraty. Perguntou ao SNI oficialmente se havia alguma objeção a eu chefiar a Divisão da África. O SNI tomou lá o tempo dele e respondeu dizendo que era melhor não. Achavam que eu não tinha condições políticas de chefiar a Divisão da África, que eu, dez anos antes, tinha chefiado interinamente, e tinha sido chefe de uma divisão mais importante ao lado. Aí, rompendo todas as regras, eles me deram outro posto no exterior. Porque no Itamaraty, tudo existe sempre: “isso é assim, assim e assado, salvo o interesse da administração” [risos]. Tudo pode ser feito, todas as regras podem ser rompidas se houver um interesse...

**K.F.** - Interesse administrativo.

**A.O.** - Então, pelo interesse da administração eu, ao invés de ser chamado para o Itamaraty, como era a regra, fui mandado para Beirute, porque Beirute era supostamente a sede da Opep. No meu finalzinho no Cairo, devido a meu grande aprofundamento na política árabe, no nacionalismo árabe, eu tinha começado a descobrir a importância do petróleo para o nacionalismo árabe, para o mundo árabe. Tinha passado a escrever sobre petróleo, tinha me transformado - em terra de cego, quem tem um olho é rei - no especialista em petróleo do Itamaraty. Eu estava como conselheiro da Embaixada no Cairo e o Itamaraty me mandava perguntas, levantava problemas sobre o petróleo internacional, sobre a Opep. O embaixador olhava para aquilo e me chamava: “Olha Amaury, vem aqui, vê se você consegue receber isso aqui”. Eu respondia por minha conta. Quando eu levava para ele, ele tomava um susto com aquelas coisas que eu estava dizendo.

**K.F.** - Quem era o embaixador na época?

**A.O.** - O BravaPinto: “O senhor tem certeza que eu posso mandar isso, que eu posso assinar?”. “Pode, pode mandar”. E era correto, o Itamaraty mandava outras perguntas. Então, por causa

disso, a administração achou por bem me dar um novo posto e eu nunca mais voltei para a Secretaria de Estado. A partir de então, eu fiquei no exterior até o fim da minha carreira.

**K.F.** - O senhor ficou quanto tempo em Beirute ?

**A.O.** - Em Beirute: três anos também. Porque no meu primeiro ano e meio, eu pude fazer um bom trabalho ligado ao petróleo, mas aí sobreveio a guerra civil libanesa. Aí o posto no Líbano se transformou num pesadelo. Foi vazado, todo mundo saiu, inclusive o embaixador e os outros diplomatas. Em um certo momento ficamos eu e a minha mulher. A minha filha já estava liberada, estava casada por aí a fora.

**K.F.** - Em Beirute o senhor chegou em que ano?

**A.O.** - Em 1973.

**K.F.** - Na primeira crise do petróleo.

**A.O.** - Pois é. Eu cheguei lá como especialista em petróleo e bem entrosado. Porque eu cheguei lá em julho de 1973, em outubro de 73 houve a nova guerra entre Israel e o Egito. Houve o grande salto no preço do petróleo em outubro de 1973. Então, eu cheguei lá na hora certa. Durante um ano e meio eu escrevi muito sobre petróleo, aí realmente me tornei um conhecedor da coisa. Me tornei amigo dos grandes jornalistas de petróleo que tinham base em... O Nicola Sarkozy era um armênio que era um grande especialista em petróleo árabe, tinha um boletim de petróleo árabe, ficou um grande amigo meu. Depois ele foi para Paris, eu o visitei lá, ele me ofereceu um jantar lá em Paris e tal. Mas foi aí que eu me transformei realmente em conhecedor. Eu passei um ano e meio fazendo esse trabalho e um ano e meio de guerra civil, dormindo no porão da embaixada e tal, as bombas passando por cima. A embaixada esvaziou.

**K.F.** - E qual era o contato que o senhor tinha com o Brasil? O senhor recebia alguma informação, alguma diretriz?

**A.O.** - Pois é. Eu mandava, uma vez por semana ou a cada duas semanas, um funcionário... Porque ficaram alguns funcionários comigo, não diplomatas, e vieram quatro investigadores da polícia federal que foram mandados para lá para, supostamente, nos dar cobertura. Eu mandava um desses uma vez por semana o cara que ia à Atenas. Porque era possível, nessa ocasião, tomar uma lancha em um daqueles portos - não em Beirute, mas perto de Beirute, onde havia (está me faltando agora o nome da cidade) um *night club* famoso, bonito, que era onde haviam as grandes revistas de Beirute e tal. Lá era possível tomar uma lancha que ia para

Atenas. Então eu mandava um daqueles investigadores com uma mala diplomática, que ia para Atenas. O Itamaraty passou a mandar a correspondência via Atenas também e trazia de volta. Então eu mantive com isso aí. E a embaixada, até o último dia da minha saída, funcionou, porque a chancelaria eu mantive funcionando. No meio da luta, das balas, mas a chancelaria estava em um lugar mais ou menos seguro, fora da cidade de Beirute, uma aldeia ali, mas que tinha o mínimo de possibilidade de vir, onde ficava o prédio da residência. E na residência passou a funcionar... Nós alugamos um edifício para a chancelaria ali nas proximidades. Então, o que havia de gente que vinha... Porque no Líbano é difícil você ter uma família que não tem alguém que já esteve no Brasil, morou no Brasil, foi casado com brasileiro, que tem um passaporte brasileiro de quando ele tinha cinco anos, amarrotadinho. Mas essa gente toda descobriu que era brasileiro nessa altura, para poder sair do Líbano, para obter um visto de saída. Então a chancelaria da Embaixada, funcionava continuamente. Eu mantive, o outro ano e meio, funcionando assim.

**K.F.** - Quando o senhor saiu de lá?

**A.O.** - Em 1976, fim de 1976, quando o embaixador, que passou sete meses de férias em Paris, sem encontrar condução para voltar. [risos]

**K.F.** - Quem era o embaixador que passava sete meses em Paris?

**A.O.** - O Jorge Taunay. Mas afinal um dia chegou o Jorge Taunay, às pressas, com autorização do Itamaraty para fechar provisoriamente a Embaixada. Nós íamos deixar de trabalhar, mas existia virtualmente. Quando quiséssemos reabrir era só um ato de reabertura, não precisava reestabelecer relações diplomáticas. E deixou um sujeito libanês encarregado temporariamente dessa Embaixada virtual. E todos os outros brasileiros fomos embora, e ele chegou com o meu decreto de remoção para Caracas, minha passagem e etc. E eu saí.

**K.F.** - De Beirute para Caracas.

**A.O.** - É, mas de uma maneira também clandestina, bem de tempos de guerra. Eu saí de Beirute com a família, minha família no caso a minha mulher, que trabalhava na Embaixada e que saiu de lá enquanto trabalhava...

**K.F.** - A Branca estava na embaixada, já naquela época, com o senhor?

**A.O.** - Ela foi para lá independente de mim. Foi trabalhar com o embaixador. Mas o embaixador tinha saído e ela tinha ficado na Embaixada. Naquele período, em que a Embaixada só

funcionava diariamente com os investigadores e com meia dúzia, dois ou três funcionários, ela era a governanta da Embaixada, era ela que fazia a nossa sopa. E aí ela saiu de lá, ela tinha tido uma filha - mãe de um menino, que estava bebê de meses - e ela saiu conosco, a nosso serviço já, para Caracas, levando o bebezinho. Esse grupo - eu, minha mulher, Branca, e a meninazinha - saímos num táxi, contratado por mim, por umas sendas de montanha, não pela estrada principal para Damasco. Por umas sendas de montanhas, porque era longe, então chegamos na Síria. E aí não houve mais problemas, fomos para Damasco. De Damasco eu recebi a passagem para Caracas, etc e tal. E saí de lá para Caracas. Mas Caracas já foi escolhida um pouco em função do petróleo. Aí eu tive um período de carreira ligado ao petróleo. Eu tinha ido para Beirute em função do petróleo, acabei em Caracas em função do petróleo. Em Caracas eu trabalhei vivamente em torno do petróleo, e fui amigo também do pessoal lá do petróleo, das companhias deles, dos jornalistas de petróleo e etc. Escrevi muito sobre o petróleo, fiz conferência sobre a Petrobrás. E lá, em função, ao final de tudo isso aí e do período de Beirute, que eu tinha aguentado a Embaixada lá naqueles meses todos, eu recebi a Ordem do Rio Branco em função desse meu trabalho. E o mundo girou, houve a abertura, foi a ser Ministro do Exterior o Ramiro Saraiva Guerreiro, meu companheiro de turma, meu amigo, que me conhecia e tinha acompanhado todo esse trabalho. O único sujeito do Itamaraty que podia fazer e fez, me promoveu, por merecimento, a ministro.

**K.F.** - O senhor chegou em Caracas no final de 1976, ficou lá quantos anos?

**A.O.** - Até o começo de 1980.

**K.F.** - Aí no começo de 1980 o senhor foi promovido a ministro por merecimento?

**A.O.** - No final de 1979.

**K.F.** - No final de 1979, pelo Saraiva Guerreiro. Pelo Ramiro.

**A.O.** - Ai em 80... Ou eu poderia ir para uma embaixada como ministro-conselheiro ou chefiar um consulado-geral. O Figueiredo fez uma visita a Caracas nessa altura. Eu fui promovido já no governo Figueiredo, começo da abertura, o Ministro do Exterior era o Saraiva Guerreiro. O Figueiredo fez uma visita de Estado à Caracas, na Venezuela, o Saraiva o acompanhou. Eu estive então com ele pessoalmente (o Saraiva Guerreiro). Eu conhecia já a promoção e disse a ele: "Eu agora, de repente tenho que sair daqui. Mas eu prefiro que você me dê um consulado-geral, porque eu já estou cansado da vida inteira ser sempre o segundo da embaixada. Eu agora quero ser dono do meu nariz". Aí eles acabaram me mandando para Rotterdam em função do



petróleo. Rotterdam era considerada, na ocasião, a cidade do *spot*, do barril *spot*. O que era uma ficção, porque não havia a sede do petróleo *spot*. Havia, uma vez por semana, um grupo de chefes de companhia, de sujeitos que lidavam com o barril *spot*, eles se reuniam no almoço lá e entre eles acertavam o preço de compra. E aquilo, acabava o almoço e cada um ia para o seu lugar. Mas havia aqui no Brasil a ideia de que Rotterdam era a sede do mercado *spot* de petróleo. Chegavam lá os jornalistas querendo visitar a sede do mercado *spot*, e eu dizia: “Não existe isso aqui”. Mas eu passei então, acabei ficando sete anos em Rotterdam.

**K.F.** - Até 1987?

**A.O.** - Isso, até 1987. Em função inicialmente do petróleo, mas eu fui desdobrando o meu trabalho e acabei me ocupando não somente de petróleo, mas de gás de natural, de carvão e de energia nuclear, ou seja, urânio. E passei a escrever uns boletins quinzenais que eu chamava *Comentários de Rotterdam*, apresentando o grande jogo internacional em torno dessas quatro matérias-primas: petróleo, gás natural, o carvão e o urânio com o seu desdobramento em energia nuclear. Estes *Comentários de Rotterdam* eu fazia rodar no consulado sob a forma de mimeografia. Nós tínhamos um mimeógrafo, tínhamos uma grande datilógrafa que batia o estêncil. Nós tirávamos cópias mimeografadas e fazíamos em torno de 70 cópias. Mandávamos umas quantas para o Itamaraty, me desincumbia então das minhas avaliações profissionais, e o resto eu distribuía por acadêmicos, universidades, jornalistas. Foi o meu começo de entrosamento com o meio acadêmico brasileiro.

**K.F.** - Com essa publicação?

**A.O.** - Esses boletins, totalmente independentes, da minha cabeça. Eu escrevia ali o que eu achava que era a verdade dos fatos naquele momento, não me interessava se aquela era a posição do Itamaraty, se o Itamaraty estava ou não de acordo. Eu escrevia aquele negócio, mandava umas quantas cópias para o Itamaraty com um Bilhete Verbal, como se chama no Itamaraty: “Submeto a Vossa Excelência uma análise da situação atual do petróleo, carvão, vista de Rotterdam”. Eu assinava em baixo e mandava. Era como, do Consulado Geral de Rotterdam, aquilo estava sendo visto. Eu era responsável por aquilo que estava ali, era pelo Brasil que eu estava ali. Eu pude na realidade fazer isso porque nessa altura o Consulado estava bem-dotado de verbas, o meu antecessor era um sujeito *furão*, que tinha conseguido verbas boas para o Consulado. Eu estava com verbas disponíveis e eu assinei uma quantidade de revistas, de cartas semanais, dessas cartas confidenciais que existem, você deve conhecer

várias: *Think tanks*, cartas... Sobre petróleo havia umas quatro ou cinco fundamentais e eu assinava todas essas na época. Comprava livros, revistas, etc. Acompanhava a imprensa diária.

**K.F.** - Como se deu a saída de Rotterdam? E qual foi o seu próximo posto?

**A.O.** - Afinal eu fui promovido a embaixador. Eu era ministro de segunda classe, fui promovido a ministro de primeira classe e aí, em uma jogada com a qual o Itamaraty não teve nada que ver, quem me promoveu foi um sujeito de fora do Itamaraty que me promoveu em uma base puramente pessoal, como as coisas no Brasil acontecem. Ele era um sujeito que tinha uma influência brutal no governo da época, simplesmente pessoal. Chamava-se José Aparecido. O José Aparecido, ou Zé Aparecido, era um sujeito que mandava no Sarney, que tinha mandado no Itamar, numa influência e em um peso puramente individual. No Brasil há essa instituição do “amigo do peito é meu irmão”. Eu tinha um cunhado que era irmão, amigo do peito, do José Aparecido.

**K.F.** - Qual era a função do José Aparecido nessa época?

**A.O.** - Nessa altura, por coincidência, ele era governador do Distrito Federal, nomeado pelo Sarney governador do Distrito Federal. Mas em outros momentos ele era apenas um assessor do Presidente. Nunca foi ministro de Estado. Foi, durante um tempo, governador do Distrito Federal. Então esse meu cunhado era “irmão”... O Zé Aparecido: “Ah, é meu irmão”. Almoçava todos os domingos com o José Aparecido. O meu cunhado, quando ele foi nomeado governador, este meu cunhado disse: “Olha, eu vou te fazer um pedido: você vai promover o meu cunhado. Ele está com a carreira assim e assado, marcando passo”. E ele: “Está bem, deixa comigo que eu promovo. Manda ele falar aqui comigo”. Eu fui lá falar com ele e só o vi nesse dia. Aí ele disse: “O Nilton me contou da sua história, pode ficar tranquilo que eu vou te promover”. E promoveu. Segundo ele mesmo contou, ele obteve a promessa do Sarney de que ia me promover. Em um determinado momento havia duas vagas, quando já estavam esperando o anúncio da minha promoção, o Sarney ligou para ele cheio de dedos dizendo: “Olha Zé, eu te prometo que na próxima não tem erro. Mas, eu tinha duas vagas, uma já estava fechada com os militares e a outra eu queria dar para você, mas houve isso, isso e aquilo outro e eu vou ter que promover um outro sujeito por isso, por aquilo..”. Disse: “Então não vai ser promovido. “Mas eu até já assinei o decreto dele”. [risos]

**K.F.** - Quem era o outro, o senhor não sabe?

**A.O.** - Era o Merquior.

**K.F.** - O Merquior seria promovido, aí o Sarney rasgou o papel...

**A.O.** - Segundo o cara, o Sarney já estava com o decreto assinado. O José Aparecido não aceitou, disse: “Então rasga. Se você não me promover” e fez cara fechada. Essa história ele mesmo fez circular assim, se aconteceu tudo assim, não sei, mas eu fui promovido. E o Merquior foi um dos sujeitos que me mandaram a carta mais amigável, entusiasmada pela minha promoção, o que dá um pouco de veracidade à história. [risos] Bom, aí eu fui promovido. Tinha que sair. Então, minha promoção a embaixador não saiu do Itamaraty. Do Itamaraty saiu graças ao Guerreiro, a minha aprovação a ministro. Depois a embaixador, eu fui promovido só tinha cinco anos de carreira, *in extreme*. Aí só tive a possibilidade de ir para um posto (onde fiquei quatro anos, estourando, arredondando quatro anos) que foi Cingapura. A minha carreira até então, até 1987 quando eu fui morar na Cingapura, eu tinha tido um longo período de trabalho em torno do Oriente Médio, na área da problemática israelo-árabe. Em função disso eu descobri a importância que o petróleo ia começar a ter no mundo árabe. Escrevi os primeiros ofícios que o Itamaraty recebeu sobre a iminência, a irrupção da Opep. Não tinha a Opep ainda, ninguém dava nada pela Opep. Eu escrevi os primeiros ofícios que chegaram para o Itamaraty e que foram cair na mão do Ernesto Geisel, que era na ocasião o presidente da Petrobrás. O Ernesto Geisel gostou imensamente dos meus ofícios e daí que eu tenha passado a ser tratado no Itamaraty como especialista de petróleo, e eu mal era conhecedor. Quando surgiu essa nova situação, eu então, enquanto antes no Cairo eu cultivava os sujeitos da área política de outros países árabes em função do nacionalismo árabe, eu comecei a descobrir fulanos que trabalhavam no Cairo que tivessem um conhecimento da área de petróleo com quem eu passei a cultivar, a almoçar junto, a me relacionar.

**K.F.** - Quem eram esses?

**A.O.** - Particularmente eu posso citar dois: um era o ministro conselheiro da Embaixada da Romênia, porque a Romênia também é produtora de petróleo. Eles tinham um ministro-conselheiro, excelente, um sujeito muito exigente, conversava sobre petróleo muito bem. Eu me fiz logo amigo dele, almoçávamos juntos e tal. E o ministro-conselheiro da Embaixada do Iraque eu cultivei também muito nessa época. Em função dele comecei também a ler e a explorar a área. Passei a responder os questionários que chegavam do Itamaraty para a embaixada no Cairo perguntando: “E como é isso? E aquilo?”. Eu comecei a poder responder. Em função disso eles me mandaram para Beirute. Então, a minha carreira passou a girar em

torno de energia, e do petróleo em particular, até 1987 quando eu fui promovido a ministro de primeira-classe.

**K.F.** - E foi para Cingapura?

**A.O.** - Por causa do José Aparecido. Mas aí eu tinha que sair de Rotterdam, que era um Consulado Geral de nível de ministro. Aí o Paulo Tarso Flecha de Lima, que era o grande homem da área de promoção comercial do Itamaraty, que tinha acompanhado toda a trajetória dos *Comentários de Rotterdam*, gostava imensamente dos comentários. Ele que passou a me ver com muito apreço no Itamaraty e foi ele que me mandou para Cingapura, foi o Paulo Tarso.

**K.F.** - E como era Cingapura nesse momento em que o senhor lá chegou?

**A.O.** - Como cidade era muito agradável, uma cidade bonita.

**K.F.** - Já era planejada, organizada como é hoje?

**A.O.** - Já, já. Pois é. Hoje está muito mais, desenvolveu muito mais. Mas basicamente era isso aí. Ainda era o Lee Kuan Yew que estava lá. O Lee Kuan Yew era um diretor de escola interna que construiu e organizou Cingapura como um internato. Com uma vareta dando peteleco na orelha do sujeito. [risos] Não havia corrupção. Um sujeito, ministro de Estado, que um dia foi apanhado com a boca na butija, o Lee Kuan Yew o chamou para uma conversa e tinha um revólver em cima da mesa, da escrivaninha. O Lee Kuan Yew o colocou contra a parede, o sujeito saiu de lá e deu um tiro na cabeça.

**K.F.** - O corrupto se suicidou.

**A.O.** - Então, Cingapura era isso, era uma escola interna. Mas uma coisa eram as coisas que estavam sendo planejadas. Na ocasião tinha um relacionamento muito forte, muito útil para eles, com o Japão. Essa época que eu cheguei a Cingapura era a época dos chamados Tigres Asiáticos.

**K.F.** - Sim. Cingapura, Coréia do Sul...

**A.O.** - Então, era a época que tinha estourado no mundo esse eufemismo dos Tigres Asiáticos, dos novos países industriais, que eram países, no caso: Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, que procuravam se organizar, levar adiante as suas medidas econômicas seguindo o modelo japonês. Coréia do Sul e Taiwan, que eram países estruturados, com interior, com isso e com aquilo, seguindo o modelo japonês à risca. Cingapura e Hong Kong seguiam

somente pela rama. Cingapura, por exemplo, não tinha agricultura, era uma cidade só, como Hong Kong também. Mas tinham muito, então, de um Tigre Asiático. Isso tudo era muito falado aqui no Brasil e ninguém entendia muito bem. E o Paulo Tarso, que foi quem escolheu Cingapura para eu ser embaixador, mexeu as coisas, tirou um fulano que estava lá e mandou para outro posto, me mandou, então, para Cingapura. Quando eu passei pelo Brasil e estive com ele agradecendo a remoção e tal, ele me disse: “Olha esse negócio de você ir para Cingapura foram as instruções que eu levei, essas instruções dadas por agora. Esse negócio de você ir para Cingapura é porque nós temos aqui no Itamaraty, e de um modo geral no Brasil, uma grande curiosidade por saber o que é que está acontecendo realmente no leste asiático e eu acho que você vai poder nos ajudar a perceber. Espero que lá de Cingapura você possa fazer isso”. Aí eu cheguei a Cingapura, auscultei um pouco a situação, o meio de campo, e mandei um ofício que era, na prática, endereçado a ele, que nessa ocasião ele já tinha passado a ser o secretário-geral do Itamaraty, delineando a situação do país. E aí ele respondeu com um ofício, um telegrama secreto lá para Cingapura dizendo: “É isso mesmo que eu quero que você faça. Você pode planejar as coisas, traz sempre a mesma coisa, planeje à vontade e terá sempre o nosso apoio para tudo o que for necessário em termos de viagens, de diárias e tal.” Aí eu passei os meus quase quatro anos em Cingapura...

**K.F.** - Estudando a região?

**A.O.** - Estudando a região e viajando por aí a fora.

**K.F.** - E foi aí que o senhor teve os primeiros contatos com a China?

**A.O.** - Foi. Eu não fui à China, nessa ocasião eu não fui. Estive em Taiwan, passei uma semana na Coréia do Sul, viajei muito pelo leste asiático, fui à Austrália, fui à Nova Zelândia, sempre em contato com universidades. Tinha o cuidado de não ter contatos oficiais, para não entrar na seara do meu colega que estava lá. Se eu chegasse lá na Coréia do Sul querendo ver o ministro tal, que eu não me lembro o nome, com um mandato do Itamaraty eu ia causar a maior confusão com o meu colega que trabalhava lá, o embaixador. Bom, mas então eu fui a um contato que eu tinha feito em Cingapura, o representante de um dos *chaebol* lá em Cingapura, ele que mobilizou lá as relações públicas deles em Seoul e eu recebi de lá um convite para uma viagem de uma semana à Coréia do Sul. Estive lá o tempo todo por conta dessa empresa, que colocou um carro e um funcionário à minha disposição. Fui recebido no aeroporto, eles me levaram para o hotel que ficava por conta deles. Eu dei a eles uma ideia do que eu queria fazer, eles arranjaram todos os encontros com o tal instituto, o tal outro instituto e tal. E aí, por minha

conta, fui visitar, claro, o meu colega embaixador, contei para ele o porquê que eu estava ali. Fiquei na perfeita amizade com ele, fui almoçar na Embaixada, conversar com ele. Mas a minha permanência foi toda por conta dessa (é *chaebol* que eles chamam lá), que era o quarto em importância lá. O maior era o que veio a ser a *Samsung*. Esse é um que depois veio a ter o carro que ia me buscar, que me recebeu lá.

**K.F.** - E quando o senhor começou a se interessar por China?

**A.O.** - Bom, pois é, enquanto eu estive em Cingapura, com todas essas andanças, fui ao Japão evidentemente, o Japão era o mentor daquela coisa toda ali. Os Tigres Asiáticos eram imitadores do Japão, procuravam repetir o modelo japonês. Em Cingapura inclusive eles tinham íntimas relações com o Japão, Japão que tinha um relacionamento muito especial com Cingapura, de auxílio, de ajuda a Cingapura. Mas então eu passei a escrever e divulgar os *Comentários de Rotterdam*, eu transformei os meus boletins em *Cartas de Cingapura* - que o Itamaraty, graças ao Paulo Tarso passou a publicar com o financiamento da FINEP. O Itamaraty editava e a FINEP publicava e o próprio Itamaraty distribuía - o que aprofundou a minha penetração no meio acadêmico.

**K.F.** - Quem foi o embaixador de Cingapura antes do senhor e quem foi embaixador de lá depois que o senhor saiu?

**A.O.** - O Jean Valente. Estava me faltando o nome dele. Eram os três irmãos. Mozart, que foi o que teve mais projeção; o Maury, que foi muito bom amigo meu e com quem eu convivi em Haia, já em uma segunda vez que eu fui à Holanda. Eu estive na Holanda duas vezes, a primeira levada pelo Carlos Ribeiro Eiras, depois eu voltei lá como cônsul-geral de Rotterdam. O embaixador era o Aluísio Bittencourt, depois veio o Maury Valente, que teve um problema cardiovascular lá, ficou mais ou menos marcado e teve que deixar o posto. Foi pena que era um sujeito excelente. E o outro era o Murilo, que era o embaixador em Cingapura, foi mandado para Washington e eu fui substituí-lo em Cingapura. Bom, mas como eu estava dizendo a você, toda a minha permanência em Cingapura. E as *Cartas de Cingapura* foram escritas nessa perspectiva de que o leste asiático estava sendo moldado pelo Japão. A China, nesta altura, já estava, desde 78, sendo dirigida Deng Xiaoping, estava sob a reforma Deng Xiaoping, mas ainda muito incipiente essa reforma, ainda muito tímida, sofrendo muita oposição da velha guarda. E nessa situação dúbia acabou acontecendo aquele drama da praça Tiananmen.

**K.F.** - Quando aconteceu a praça Tiananmen o senhor estava em Cingapura?

**A.O.** - Eu estava em Cingapura.

**K.F.** - O senhor teve algum contato com o Roberto Abdenur, que era quem era o embaixador lá na época?

**A.O.** - Não como embaixador em Pequim não. Eu era bom amigo de Roberto Abdenur de outros tempos. No começo da carreira dele eu era bem mais velho do que ele. Naqueles dois anos que eu passei como chefe da Divisão do Oriente Próximo, entraram duas turmas na carreira nesse período aí. Duas turmas que marcaram muito o Itamaraty, porque vieram cheias de sujeitos de primeira linha. O Roberto Abdenur é um deles, o Clodoaldo, o Eduardo Guimarães, Celso Amorim e outros que entraram. Duas turmas que chegaram cheias de gente que depois dirigiram o Itamaraty. E eu conheci essa gente toda quando eles estavam entrando na carreira. Alguns, como o Clodoaldo, eu levava para trabalhar comigo. Eu fiquei amigo dessa gente toda para o resto da carreira. O Abdenur é um dos meus grandes amigos da carreira. Mas ele estava em Pequim e eu não tinha nem noção direito disso, porque como o negócio lá era o Japão, a China estava muito atrasada ainda. Lá em Cingapura havia umas companhias comerciais brasileiras, que eram um negócio do tipo, da época dos militares. Eram companhias comerciais que procuravam conduzir pelo menos uma parte do comércio exterior brasileiro. Mas havia duas dessas companhias lá. Uma tinha ficado para se chamar Zoroai, que ficou um bom amigo meu lá em Cingapura, porque eu sempre procurava acompanhar o trabalho dessas companhias, através deles obter informação sobre o trabalho deles. E eles, Zoroai, inclusive, e a outra companhia também, passaram a ir muito à China. No trabalho deles apareciam muitas oportunidades de trabalho na China. E tanto uma quanto a outra passaram a ir para lá. E voltavam e eu conversava com eles sobre o que eles tinham feito. Aí por mera curiosidade, o meu trabalho ainda não estava se beneficiando daquilo. Mas eu gostava, e a impressão que eles me davam, o que eles contavam da China, o que eles tinham visto quando eles tinham passado uma semana e tal, era uma ideia de um atraso, de uma miséria física. Os hotéis, por exemplo, pífios, aquela coisa. A possibilidade disso e daquilo... Eram as notícias que eu tinha da China. Então, eu nunca cheguei a organizar uma ida à China, porque se eu tivesse organizado eu teria ido. O Paulo Tarso teria me dado as diárias para usar, como me deu para a Austrália. A Austrália tendo passagens por outras capitais, eu conheci um professor da Universidade Nacional da Austrália, de quem me fiz amigo. E através dele... Ele organizou para mim um circuito pela Austrália: Camberra, Sydney e uma outra cidade do oeste da Austrália, que tem uma vocação especial de trabalho com a América Latina. Eu estive lá também. Mas, então, essas coisas aconteceram assim. Eu conheci esse professor australiano, me fiz amigo dele, conversei com

ele. Através dele planejei um circuito de universidades, de cidades universitárias australianas para visitar tal professor, tal outro e tal. Mandava um telegrama para a secretaria de Estado: “Tenho planejado um circuito para a Austrália assim e assado”. O Paulo Tarso não discutia. No tempo hábil chegava a autorização para a minha viagem, as passagens, as diárias e me mandava para a Austrália. Uma conferência na Nova Zelândia. Lá ia eu para Nova Zelândia. Assim eu estive o Japão, para... Havia já funcionando, no leste asiático, a essa altura, uma instituição chamada PECC, *Pacific Economic Cooperation Conference*, que foi a antecessora da Apec. A Apec nasceu dessa PECC organicamente. A Apec foi uma jogada política da Austrália com o Japão, mas que buscaram apoio orgânico na PECC, nos arquivos da PECC, certas organizações, certas coisas. A experiência da PECC foi utilizada para a criação da Apec. Essa PECC tinha seus comissários nos países membros da PECC, Cingapura era um deles. Eu me fiz grande amigo do comissário da PECC em Cingapura. Era um sujeito que eu cultivava, convidava para almoço, eu ia lá discutir com ele. Tudo que era feito na PECC ele me passava, me passava documentos e etc. Havia uma nova reunião da PECC, ele me fazia ser convidado como observador. Eu ia lá como observador pelo Brasil. Comunicava o Itamaraty e ia. Fui convidado para comparecer em tal lugar como observador para o Brasil; lá vai eu. E lutava para que o Brasil entrasse pelo menos como observador, mas não cheguei a obter isso. O Chile se transformou em membro do PECC, depois da Apec. O Chile, o Peru foi membro do PECC. Quando eu já estava aposentado, o Presidente já era o Fernando Henrique, houve uma reunião da PECC em Santiago, da qual o Fernando Henrique foi convidado, o Brasil como observador, eu fui também. O Fernando Henrique teve uma bela presença.

**K.F.** - E tudo nesse contexto, o senhor começou o conhecimento de Ásia, até que o momento, na sua aposentadoria, o senhor entrou na pesquisa sobre China.

**A.O.** - Pois é. Então, da China, o que chegava para mim era o que esses amigos meus lá de Cingapura, companheiros de cidade, presidentes, vice-presidentes das companhias comerciais brasileiras. Achei que eles traziam uma imagem de um povo muito pobre, muito pouco desenvolvido. Aquilo não me atraía. Então, eu disse: “Bom, o que vou fazer na China, não é? Só vou poder ficar lá uns quatro dias, no máximo uma semana”. Não poderia planejar uma viagem para mais do que isso se o Itamaraty não me desse diária. “O que vou fazer lá? Vou fazer turismo. Visitar a Cidade Proibida. Não há o que extrair de lá, porque o Japão não estava tendo influência maior”. Aquele Leste Asiático, Tigre Asiático, que eu estava acompanhando, não tinha existência na China. Então, eu nunca planejei a minha ida à China. Estive em Taiwan



sim, porque Taiwan era um Tigre Asiático, mas a China... Fui depois, já aposentado, já no IEA. Ainda no IEA, nos meus primeiros dois anos lá, ainda foi na base de Japão.

**K.F.** - Quando o senhor entrou no IEA?

**A.O.** - Assim que cheguei a aposentar, 1988. Ainda nos meus primeiros anos no IEA, era a predominância do Japão.

**K.F.** - Isso já na década de 90?

**A.O.** - É. Eu fui aposentado em novembro de 1990, quando eu fiz 65 anos. Mas tinha o período de partida, período de trânsito. Cheguei, afinal, aqui ao Rio de Janeiro, em meados de janeiro de 1991 já. E cheguei à Campinas no dia 21 de fevereiro de 91. Já tinha minha casa à minha espera, fui direto para casa. Já tinha o convite lá do IEA feito e aceito. Eu cheguei, me instalei aqui em Campinas no 21 de fevereiro de 1991, no dia 1 de março de 91 eu comecei no IEA. Dez dias depois eu já estava trabalhando no IEA.

**K.F.** - Começou a olhar a China em 1993 mais ou menos?

**A.O.** - Pois é, cheguei ao IEA e comecei a trabalhar ainda na esteira no meu trabalho de Cingapura, ainda com o Japão como mentor. Uma das coisas que eu fiz lá nos meus primeiros anos de IEA foi fazer uma série de palestras, um ciclo de quatro palestras, que eu chamei: História Recente do Oriente Remoto. Foram quatro palestras. Essas quatro palestras foram concebidas e estruturadas nessa base da importância do Japão. Um dos professores que acompanhou essa minha série do IEA em São Paulo, Tamás Szmrecsányi, um sujeito de ascendência húngara.

**K.F.** - Quando o senhor começou a pesquisar China, com quem o senhor conversava sobre isso aqui no Brasil?

**A.O.** - Ninguém. Não tinha ninguém aqui. Mas esta, se é que eu fiz então, no IEA, essas quatro palestras. Um dos sujeitos que assistiu era membro da IEA, frequentava o IEA, era o professor Tamás Szmrecsányi, um nome húngaro. Ele era professor também do Instituto de Geociência aqui da Unicamp. Ele gostou muito dessas palestras e pediu: “Você não quer repetir isso lá para

nós, na Unicamp?”. “Claro”. Inclusive eu já morava em Campinas. Então, eu repeti, mas desdobrei, transformei oito palestras, que eles, inclusive, mimeografaram e tal - talvez esteja por aí.

**K.F.** - Deve ter lá ainda.

**A.O.** - Se eu encontrar isso eu dou para você um.

**K.F.** - Obrigada.

**A.O.** - Talvez lá no Instituto eles tenham por lá sobrando. Bom, aí eu fiz, tomei contato do pessoal lá do Instituto de Geociência. Depois veio a ter importância e agora, que é um dos filhos do Celso Furtado. O Celso Furtado tem dois filhos, um deles é esse rapaz. Bom, o fato concreto é que eu sempre assinei muitas revistas. Aqui no IEA, o Jaques Marcovitch gostava muito também do que eu escrevia, foi ele que me convidou, que me garantiu lá como professor visitante. Então, em combinação com o Jaques, eu escrevi uma outra série das Cartas de Cingapura. Lá em Cingapura chegaram a aparecer dezesseis cartas, devia ter aparecido mais, mas o problema do financiamento da Finep levou muito tempo e tal, foi complicado. Colocadas na rua, circuladas foram dezesseis Cartas de Cingapura. Aí, em combinação com Jaques Marcovitch, já no IEA, eu comecei a escrever a nova série das cartas Cingapura - das quais, por coincidência, saíram também dezesseis. A temática era mais ou menos a mesma, só que eu mudei a abordagem. Enquanto as escrevia de Cingapura, eu contava para o público brasileiro o que estava acontecendo no Leste Asiático. Era essa a razão das Cartas de Cingapura: transmitir à academia brasileira, ao pessoal do Itamaraty. Essa era a instrução que tinham me dado. “Queremos saber o que está acontecendo no Leste Asiático e você vai nos ajudar”. Era o que eu fazia através das Cartas de Cingapura: explicar o que era o novo país industrial, o que era Tigre Asiático, como é que a Coreia do Sul estava chegando lá. Um dos textos que eu escrevi sobre Taiwan, graças ao Paulo Tarso - ele gostou tanto desse texto que ele providenciou a publicação no jornal, não sei se foi no O Globo ou Correio da Manhã. Saiu um texto de página inteira: *Receita para Novo País Industrial*. Era o meu texto sobre a experiência de Taiwan. Então, era essa a Carta de Cingapura, eu explicava aos intelectuais brasileiros, uma parte dela, o que é que estava acontecendo no Leste Asiático. Tive uma agradável surpresa, como, por exemplo, uma vez que eu estava participando de um seminário, uma mesa redonda com uns vinte sujeitos discutindo o tema do Leste Asiático, já recentemente, já quando a agenda já

estava em voga e tal, e veio à tona o problema do Leste Asiático. Estava lá, entre os participantes, um brigadeiro que teve um papel importante em um certo momento no Regime Militar, ele foi chefe daquilo e tal, foi um sujeito nacionalista nas suas posições, muito extrovertido, muito falante. O brigadeiro estava lá. Quando passou a vez dele falar, ele disse lá um monte de coisa: “Tudo o que eu sei sobre Tigre Asiático, que vai nortear a minha conclusão, eu aprendi nas Cartas de Cingapura do embaixador Amaury”. [risos]

**K.F.** - O senhor fazendo escola naquela época. [riso]

**A.O.** - Pois é, tive uma surpresa daquela. E até hoje, quando você encontra um professor da velha guarda, eles conheciam a Carta de Cingapura. Um belo dia, já aposentado aqui, eu fui surpreendido pelo Mourão, que é um professor lá da USP, agora eu acho que ele está aposentado, mas ele era o grande homem da África lá na USP, no Departamento da África da Faculdade... Tem lá uma Faculdade que estuda África, não é?

**K.F.** - Sim, a História.

**A.O.** - É, e o grande nome lá é o Mourão, está aposentado agora. Mas o Mourão dava aula também em uma Faculdade em São João da Boa Vista, oeste de São Paulo. Um belo dia o Mourão me preocupa dizendo: “Olha”, ele já tinha demonstrado, em outra ocasião, ser fã da Carta de Cingapura, “eu falei muito das Cartas de Cingapura com meu pessoal, meus alunos e eles estão muito interessado nisso. Você não quer ir lá fazer uma dissertação para eles e sobre a sua experiência lá?”. Eu fui. O motorista me levava para baixo e para cima em São Paulo e eu fui lá para São João da Boa Vista. Lá a turma dele estava mobilizada em torno da Carta de Cingapura. Eu organizei uma coleção das Cartas, levei para eles e falei sobre elas. Aí a escola me deu um pró-labore pelas cartas que eu que nunca tinha recebido dinheiro por elas... [risos] Trabalhava com as Cartas de Cingapura. Isso há dez anos atrás, na metade da minha aposentadoria. Bom, mas então, eu continuei a ler muito, a estudar, a escrever essas novas Cartas de Cingapura, nova série - para isso eu tinha sempre que ler muito. E foi lendo, lendo o material, revistas que eu assinava, *China Quaterly*, *Asian Pacific Review*, que eu me dei conta do desabrochar da China. Que a China estava levantando a cabeça. Aí, em uma das Cartas de Cingapura, em 93, eu tenho na cabeça 93, a carta eu intitulei: *A China Transtorna o Jogo*. Foi uma intuição que eu tive, um *insight*. O *insight* está no próprio título: *A China Transtorna o Jogo*. O meu tema foi esse, a China estava começando a contestar o Japão, a apresentar um

novo caminho e etc. A partir daí, cada vez mais, eu fui vendo que a China que realmente surgia como um novo mentor. Mas aí a possibilidade de visitar a China já tinha passado para mim, já estava aposentado aqui. Até que um dia, quando a China já tinha realmente explodido, eu já tinha publicado muita coisa sobre a China, sempre de segunda ou terceira mão, na revista de Política Externa, com um pouco de auxílio do Gilberto Dupas, que, então, pediu um texto para o Instituto Econômico. Um pouco por minha conta também, eu consegui um auxílio da Funag. A Funag pagou a minha passagem de ida e volta à Pequim. Conseguimos a Funag, o Dupas encomendou um artigo lá para o Instituto - me deram lá uns dois, três mil reais - juntei lá uns trocos meus e passei dois meses na China. Houve nessa altura, por coincidência, um seminário em Macau sobre o Brasil na perspectiva do comércio chinês, que um amigo meu aqui no Brasil foi convidado, mas ele não pôde ir. Ele disse: “Olha, você está indo à China, você quer que eu peça a eles que você me substitua?”. Ele agenciou isso. Ai então, a minha ida à China, que estava prevista apenas a Xangai e Pequim, desdobrou-se também para Macau, porque havia aí um hotel em Macau pago por essa turma lá. Aí eu desdobrei uma passagem.

**K.F.** - Quem era esse amigo?

**A.O.** - Severino Cabral. Severino Cabral tinha sido convidado para essa coisa em Macau. Não podia ir e perguntou se eu não queria ir no lugar dele. Isso me deu uma boa perspectiva, porque eu não conhecia Macau, mas estando em Macau eu aí fiz uma viagem por carro, aluguei um carro, e fui até Cantão, Guangzhou, que é uma bonita cidade. Então, eu fiz aquele percurso do rio das pérolas.

**K.F.** - Sim.

**A.O.** - Do vale do rio das Pérolas que vai de Hong Kong até Cantão. Aí foi só viagem. Cheguei a Cantão, almocei em Cantão. Hotel magnífico lá em Cantão. Aí voltei. Fui por uma margem e voltei pela outra. Não somente conheci Cantão, como fiz uma viagem diviso pelo vale do rio das Pérolas. Enriqueci, com isso, a minha viagem. Aí fui para Xangai, passei o resto desse mês em Xangai. De Xangai fui para Pequim, onde fiquei um mês também.

**K.F.** - Tudo isso em turismo?

**A.O.** - É. Aí eu procurei entrevistar quem eu pude, mas com muita pouca sorte. O sujeito que eu levava o nome para ver estava de férias, o outro não sei o quê e tal. Aí, na Embaixada, quem me deu muito apoio da Embaixada foi uma oficial de chancelaria que era encarregada do setor cultural. Ela tinha conhecidos, netos na universidade e tal, ela me arranjou umas entrevistas.

**K.F.** - Quem era a encarregada?

**A.O.** - A moça que até hoje é muito minha amiga, a Malu, que está hoje em Buenos Aires: Maria Lúcia Werner, oficial de chancelaria em Buenos Aires. Maria Lúcia Werner conhecida como Malu. Não a conhecia, mas ela ficou muito amiga minha lá em Pequim, me abriu muitas portas lá no nível que ela podia. Nós não tínhamos missão nenhuma.

**K.F.** - Quem te deu essas indicações aqui no Brasil?

**A.O.** - Um sujeito ou outro. Um rapaz, que depois deixou a carreira, que eu conheci assim como você veio me ver, quando estava estudando para o Itamaraty para fazer o Rio Branco. Ele fez o Rio Branco, casou-se... Ele tinha um problema, ele estava noivo de uma francesa e tinha essa preocupação de saber se isso ia prejudicar o concurso, a nomeação dele. Não ia. Ele depois teve um papel muito grande na comissão empresarial Brasil-China. Foi secretário-executivo lá e tal. Ele agora deixou o Itamaraty e está trabalhando na área comercial, não sei exatamente em quê. Mas ele serviu em Pequim e quando eu estava preparando a minha viagem, eu estive com ele e foi aí que ele disse: “Olha, você vai ter lá um apoio muito bom. Você procura a Malu, Malu Werner”. E ele escreveu para ela. Então, quando eu cheguei lá, ela já tinha a recomendação e correspondeu às mil maravilhas. Se transformou em uma grande companhia minha. Outros assim me deram também contato. Um sujeito que é, supostamente, entendido em China.

**K.F.** - Quem é o supostamente entendido em China?

**A.O.** - Ele mora em Niterói. Não consigo me lembrar do nome. Os nomes me dão um branco sempre. Mas é uma pessoa conhecida na área acadêmica. Eu fui à Niterói com uma amiga minha, que tinha se tornado amiga minha em função daquele ciclo de palestras lá no IEA, era acessível. Ficou muito amiga minha, mas morreu, infelizmente, no ano passado, de câncer. Mas ela era muito amiga desse professor. Arquitetou uma visita nossa lá em Niterói. Ele me deu o

nome de um professor lá em Pequim: “Olha, uma pessoa que você precisa lá é esse aqui. Esse vai resolver todos os seus problemas e tal”. Quando eu cheguei à Pequim, no mesmo dia da minha chegada, eu tratei de telefonar para esse tal amigo daquele. Ele não se agendava, mas eu forcei a mão e marquei um almoço com ele no dia seguinte. Aí ele me disse assim: “Olha, eu já não posso fazer nada por você. Estou praticamente aposentado, afastado disso aí”. O daqui tinha dito que ele ia ser o meu abre-porta e que ia me resolver todos os meus problemas. De cara ele disse que não ia fazer mais nada, que estava carta fora do baralho e tal. Aconselhava-me a procurar um sujeito e tal. Procurei, então, por sugestão dele, uns dois ou três sujeitos lá, que foram mais ou menos interessantes. Mas ele mesmo disse: “Não posso mais fazer nada. Carta fora do baralho”. Confissão dele ali na mesa do almoço. Bom, para você ver como a coisa é tão fluida. Quando eu estava para partir já de Pequim, quatro semanas depois desse almoço com ele, o tal fulano de Niterói apareceu lá em Pequim fazendo um tour de contatos para um seminário que ele estava conduzindo aqui sobre China e Brasil. Quem eu encontro, então, lá na embaixada pegando visto? Foi esse fulano. É até melhor eu não me lembrar o nome dele para não... [risos] Mas, junto com o tal que dizia que era carta fora do baralho e não tinha mais nada e que veio ao Brasil para o seminário do amigo. No seminário do amigo, ele foi de novo o acadêmico chinês que veio para tal. Um sujeito que, lá em Pequim, tinha me dito que era carta fora do baralho, que não tinha nada a me dizer. Há muito de fancaria nessas coisas todas aí. Eu fiquei espantado quando encontrei meu conhecido brasileiro tirando visto junto com esse Fulano, que veio, então, para o seminário dele, apareceu no seminário como Fulano de tal da Faculdade não sei quantas. Disse lá besteiras quaisquer no seminário. Que valor teve aquele seminário eu não sei. Bom, mais aí o que eu fiz em Pequim foi conhecer a cidade, caminhei, caminhei. Li... Todo dia comprava... Havia lá um magazine...

**K.F.** - Você lê em mandarim?

**A.O.** - Não, mas havia um lugar em Pequim em que eles vendiam imprensa estrangeira. Casa do Mesário, um supermercado onde vendiam produtos estrangeiros e tinha lá uma guarita onde vendiam imprensa estrangeira. Então, eu comprava lá, New York Times e tal, tudo o que eu podia comprar de jornais estrangeiros: Jornal da Tribuna... Levava aquilo e à noite eu passava lá no meu apartamento destrinchando aquele negócio, lendo. Por coincidência, foi um momento em que houve muito noticiário sobre China, estava muito abundante. Havia lá uns programas. Aquela imprensa não teria aqui no Brasil, não podia comprar aquelas coisas porque não tem dinheiro. Mas aí... Eu vi a China de olho vivo. Caminhei em Pequim. Visitei as coisas que

podia visitar. Xangai também, passei três semanas em Xangai e conheci um monte de pessoas lá. Visitei um ou dois institutos, conversei com os professores e tal.

**K.F.** - Qual foi a impressão que o senhor teve da China e dos chineses com relação ao Brasil?

**A.O.** - Que havia um interesse pelo Brasil, mas não muito grande, não é? O Brasil, para eles, era um negócio um pouco remoto. Depois aumentou mais o conhecimento, de lá para cá. Mas eles pouco sabiam do Brasil. Havia lá no... Eles têm lá na principal universidade chinesa, a Universidade Nacional da China que é Tsinghua. Nessa eles têm um departamento de estudos do Brasil. A Malu Werner conhecia esse sujeito, foi um que eu visitei. Ele fez uma dissertação rotineira que eu pouco aproveitei. Mas eu vi, consegui conversar com algumas pessoas. Os grandes contratos que eu imaginava não pude ter. Lá eu fiz um bom contato com um brasileiro que era o locutor da rádio China para o Brasil, tinha um programa para o Brasil e tinha um locutor brasileiro, que eu conheci. Esse tinha uns bons contatos, mas, em geral, os bons contatos dele eram de sujeitos muito críticos ao governo. Eu ouvi também esse lado. Os contatos que o locutor da rádio Brasil me conseguiu eram fulanos que punham em causa toda a política oficial e tal. Mas ele me abriu outras portas, conheci através dele o instituto. Tive um grande contato lá, um sujeito que realmente me deu pilhas de material sobre a China: um brasileiro que era representante do Pnud em Pequim. Não tinha nada com a China, ele era representante do Pnud<sup>1</sup>, Programa Industrial das Nações Unidas lá na China. Ele, então, tinha um conhecimento muito bom da parte industrial chinesa, do modelo chinês, das coisas e tal. Foi o sujeito que mais me impressionou lá e que mais me municiou com opiniões, com explicações e me deu uma massa de boletins e de relatórios dele e tal, que me ajudaram muito anos depois a preparar material depois que eu voltei. Mas aí eu já estava muito vendido à China nessa altura. Essa minha ida à China foi em 2005. Pequim já tinha explodido como uma cidade moderna, bonita e tal, cheia de edifício fantástico. Depois caminhou muito mais nessa linha. O conhecimento, por exemplo, desse rapaz me ajudou muito, mas depois disso eu troquei algumas cartas com ele e nunca mais o vi. Então, a história foi essa, a partir de 93 a China começou a estar presente para mim. Eu escrevi essa Carta de Cingapura, *A China Transtorna o Jogo* - o jogo que eu queria dizer era o jogo japonês. E a China veio a transtornar realmente. Depois não só a China começou a avançar como o Japão, a partir de um certo momento, começou a perder substância.

---

<sup>1</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**K.F.** - Em algum momento, o senhor estudou as relações Brasil-China, observou algo mais de perto?

**A.O.** - Mais de perto não. O único texto que eu tenho ideia de que surgiu sobre isso foi uma resenha a um livro do Biato.

**K.F.** - Sim, o Oswaldo Biato, *A Parceria Estratégica*.

**A.O.** - Pois é, eu escrevi uma resenha desse livro para a *Política Externa*. Está publicado na *Política Externa*.

**K.F.** - Isso em 2006.

**A.O.** - É. Ali você vai encontrar. Lá você, se tiver paciência, na década dos 90, você vai encontrar uma sucessão de arquivos meus e, às vezes, uma coisa extra como essa resenha do livro do Biato. Aí eu procurei dizer alguma coisa minha sobre o relacionamento Brasil e China. Mas o tema propriamente relações oficiais Brasil-China não foi nunca tema meu. Em 2011 foi criado no Rio de Janeiro o Ibrach.

**K.F.** - Sim, com a Anna Jaguaribe.

**A.O.** - Com a Ana Jaguaribe e, na ocasião, mais importante que a Anna Jaguaribe, era o Antônio Barros de Castro. O Antônio Barros de Castro era um professor de Economia sempre muito polêmico, muito crente nas perspectivas brasileiras; Brasil de amanhã e tal. Eu o conheci não intimamente, mas conheci bem, em um certo momento, já depois de aposentado, em função do meu interesse no Leste Asiático. Eu não sei como foi, eu participei de uma banca lá. Eu tenho um amigo em comum que proporcionou um almoço, eu almocei algumas vezes com o Antônio Barros de Castro. Uma vez eu convidei a ele pessoalmente para almoçar com a senhora dele e uma cunhada minha, que por um acaso era muito chegada dele. Almoçamos os quatro, conversei muito com ele. Procurei manter contato com ele. Não prosperou o contato nosso e tal, mas eu sempre o conheci. A partir de um certo momento, ele começou a ir à China e a escrever sobre a China na imprensa brasileira em termos revolucionários, do ponto de vista brasileiro, mas que convergiu muito para a minha própria visão. Eu passei a procurar os escritos e as entrevistas do Antônio Barros de Castro, porque elas convergiam muito para o que eu



pensava e me alimentava, me abriam perspectivas, porque, primeiro, ele tinha uma formação acadêmica e eu não tinha, ele era um estudante de Economia. Ele passou a ter uma vivência da China que eu não tinha, ele passou a ir lá várias vezes. Conhecia, cultivava os grandes professores chineses, que eu só conhecia de leitura e tal. E começou a expressar uma visão da China muito boa, do meu ponto de vista, excepcional, que eu procurava mirar-me nela. O idealizador e fundador do Ibrach foi ele, não foi a Anna Jaguaribe. Ele, sei lá o porquê, convidou a Jaguaribe, a Jaguaribe aceitou. Eu estive presente ao seminário da Funag, um seminário da Funag, com sua temática própria, que foi feita em homenagem a abertura do Ibrach. Então, o Ibrach foi uma constante, falar do Ibrach e tal, foi uma constante ali naquele seminário. Eu fiz uma exposição, o Antônio Barros de Castro fez a exposição dele muito boa, excelente e tal. No fim do ano, a Funag publicou um *compte-rendu* desse seminário. Inclusive, a minha intervenção, que lá foi feita de uma forma sintética, oralmente, que eu transformei depois em um arquivo. O arquivo está publicado lá. Publicaram o artigo da Anna Jaguaribe. Mas, nesse meio tempo, em uma fatalidade, o Antônio Barros de Castro tinha falecido tragicamente sentado no computador dele, no escritório dele, que era um puxado que ele tinha feito na casa dele no Jardim Botânico, uma construção precária. Caiu uma laje na cabeça dele. Ele morreu ali instantaneamente com uma laje na cabeça, sentado no computador, preparando uma palestra que ele vinha fazer aqui em Campinas, onde, coincidentemente com a criação do Ibrach, tinha sido fundado também o Centro de Estudo Brasil-China. O Antônio Barros de Castro estava convidado e anunciado, ele vinha fazer uma palestra aqui no fim de semana e morreu na quarta ou quinta-feira dessa semana. Foi uma perda, do meu ponto de vista, irreparável, sobretudo, porque toda aquela linha de análise que ele vinha construindo sobre a China acabou com ele. Houve uma conspiração dos colarinhos branco do Itamaraty, da Funag, do governo e sei lá de quem que puseram o Antônio Barros de Castro debaixo do tapete diretamente. O *compte-rendu* que saiu no fim do ano desse evento não cita uma vez o nome dele nem como idealizador do Ibrach, nem como um palestrante do Ibrach, nem como um palestrante daquela sessão. Há um resumo da sessão na qual não se cita a intervenção dele, nada, nada, nada. Ele foi jogado debaixo do tapete, porque a linha dele era o contrário da linha oficial da dos Mantegas da vida. A própria Anna Jaguaribe participou desse conluio. Um artigo que ela publicou agora, um outro artigo que ela publicou, nesse novo número ela teve coragem... Inclusive, um dia, eu a abordei sobre isso, não sei se isso ficou com calor nela, mas o fato é que agora ela menciona duas vezes o Antônio Barros de Castro e cita, inclusive, algumas das entrevistas dele. Ela se redimiou um pouco aí. Mas só cita, assim, *en passant*. A linha de análise dele ficou perdida, sobreviveu um pouco nos meus escritos. Bom, mas aí onde

eu queria chegar... Aí eu não podia deixar de manifestar a minha indignação com o que fizeram com o Antônio Barros. Fundou-se aqui em Campinas um instituto paralelo ao Ibrach.

**K.F.** - Que está na Unicamp e que agora lançou a pós-graduação?

**A.O.** - Não, é um centro de estudo multilateral ali. Como ele progrediu institucionalmente eu não sei dizer - se faz parte da pós-graduação ou não. Essas coisas aí eu não tenho nenhuma vivência acadêmica. Bom, mas eles, o pessoal aí da Unicamp... Vou dizer a você, o meu contato organizacional com universidade foi com a USP, eu nunca tive nenhum contato orgânico com... A não ser, ser membro da biblioteca para tirar livros. E tive uma vivência junto do pessoal lá do Instituto de Geociência lá, em que eu fiz umas palestras lá, fiquei amigo deles. Eu sempre juntei livros e revistas, assinei revistas de todo tipo há anos, dez anos. Em certo momento descarreguei uma pasta enorme de livros no Instituto de Geociência. Mandei não só coleções de revistas, livros, como também caixas e caixas de papelão de recortes de jornal. Eles se interessavam por aquilo, diziam que queriam e então eu mandava. Tive um bom amigo no Instituto de Economia o Wilson Suzigan, que eu conheci em uma viagem para os Estados Unidos. Fiquei muito amigo dele e tal. Eu sei que ele que tem livros interessantes publicados sobre indústria brasileira. Está aposentado também agora. Então, eu não tenho uma ligação orgânica com ele, mas era conhecido lá e tinha bons amigos: Wilson Suzigan, outro que é um australiano, hoje nacionalizado brasileiro que é do Instituto de Economia (esse tem um contato muito grande com a China, vai à China continuamente, participa continuamente de seminários lá e tal). Daqui a pouco eu vou ver o nome dele. O fato concreto é quando eles abriram o Centro de Estudos Brasil-China, me convidaram para fazer a palestra inaugural. A aula inaugural deles...

**K.F.** - Em 2010?

**A.O.** - 2011.

**K.F.** - É, ele evoluiu agora para uma pós-graduação sobre China. Eu encontrei sobre essa sua palestra.

**A.O.** - Bom, então eu fiz lá... Eu apresentei um texto. Esse texto é aquele, eu acho que você vai ter interesse em ler, porque eu procurei dar uma dimensão histórica a ele; o título é *A Grande Revolução Chinesa vista pelo caleidoscópio*.

**K.F.** - Sim, é o título da palestra.

**A.O.** - É. Eu usei essa figura do caleidoscópio, porque eu cobri o período de mais ou menos cem anos e eu não podia ficar blá, blá, blá. Então, o caleidoscópio me permitia dar uma virada e a paisagem mudava lá atrás. Eu dava um salto no tempo e podia abordar outro momento da história. O conceito de grande Revolução Chinesa eu herdei, tirei do Fitzgerald que tem um livro sobre Revolução Chinesa. E a ideia é que a Revolução Chinesa... A ideia que eu absolvi e vendi nessa palestra, e tenho defendido até o momento, é que a Revolução de 49, a Revolução Camponesa, liderada pelo Partido Comunista, é um momento apenas da grande Revolução Chinesa. A grande Revolução Chinesa não se esgota com a tomada do poder pelo campesinato liderado pelo Partido Comunista. A grande Revolução Chinesa é algo que começa há cem anos como uma rebelião, uma reação ao saqueio da China pelos imperialistas. A China foi invadida, saqueada pelos imperialistas anglo-americanos a princípio, franceses junto, abrindo o caminho para o Japão depois, que veio ao empório deles com os mesmos métodos, mas com muito mais cruzeza, muito mais ferocidade. Mas a invasão japonesa é um desdobramento das invasões, do saqueio dos imperialistas anglo-americanos. E a grande Revolução Chinesa é uma reação, uma revolta contra tudo isso. Ela começa lá há um século com a Revolução do Taiping, depois dos Boxers e ela recebe uma contribuição liberal dos missionários americanos. Tudo isso faz parte, tudo isso vem construindo a grande Revolução Chinesa, que está em marcha ainda, que em certo momento produz a Revolução Proletária, uma versão camponesa e etc. Bom, eu fiz a minha palestra inaugural, a minha aula inaugural lá e foi isso aí. Ficou muito bom, eu tenho vaidade do texto que eu produzi. [riso] Não me arrependo do que eu disse lá.

**K.F.** - E como você vê o comportamento das relações? Eu sei que não é o seu foco, mas como o senhor vê o relacionamento China-Brasil agora?

**A.O.** - Pois é, eles veem o Brasil como um possível aliado. Mas a ideia de que eles sejam o grande irmão, que vai nos dar a mão, cuidar do nosso progresso e tal isso não existe. Eles veem o Brasil como um aliado, um parceiro que pode ser muito útil à China e esperam que saiba aproveitar dessa amizade. Mas isso o Brasil que tem fazer.

**K.F.** - E o que o Brasil faz para se aproximar ou relacionar com a China?

**A.O.** - Faz nada, faz nada. Uma porcaria. Como você sabe. O que é que o Brasil faz?! O resultado, então, é esse: o Brasil marcha a grandes passos para um relacionamento quase colonial com a China de exportador de matérias-primas e receptor de produtos manufaturados. Alguns programas como o da Embraer, mas que funcionou na China, como outros países tiveram também, não como uma associação entre países emergentes. Do ponto de vista chinês era um fornecedor de conhecimento. A China quando aceita uma instituição lá como a Embraer, que monta uma fábrica, uma empresa na China imediatamente do lado surgem os chineses com o mesmo objetivo, para construir avião da mesma forma e a daqui prospera, a outra marca passo. A China está colhendo conhecimentos, tecnologia onde pode e como pode sem nenhum constrangimento, porque ela foi explorada também brutalmente. Então, ela acha que está apenas cobrando uma parcela do que foi arrancado dela. E eles fazem isso sem o menor constrangimento. A Embraer fica marcando passo tentando vender avião à China, fabricar e vender para o mercado local com a maior dificuldade. E a fábrica chinesa de aviões tipo a Embraer crescendo aqui do lado e fornecendo ao mercado chinês com grande dificuldade. Agora, nos últimos contatos, na última visita do Xi Jinping ao Brasil houve uma ideia de que eles iam comprar os aviões da Embraer, saiu no jornal. Mas isso demora dez anos para vender avião para a China. Então, nós temos muito a tirar da China, mas na medida em que nós saibamos tirar, senão soubermos, eles se aproveitam da gente. Concretamente, o Brasil, há cinco ou seis anos atrás, aproveitou-se da exportação alucinada de produtos naturais da China - minério de ferro. Ganhamos dinheiro. O PT pôde viver alguns anos de euforia e dizer que estava salvando o Brasil e que o Brasil estava lá. Quando houve a queda das *commodities*, o Brasil entrou em recessão ainda mais sobre a direção da Dilma, que é uma incompetente. Nós estamos nisso aí.

**K.F.** - Eu sei que o senhor está aposentado há muito tempo, mas tanto agora ou no seu período no Itamaraty, o senhor viu alguém interessado em levar as relações com a China muito além dessa questão de relações quase colonialistas, como o senhor colocou?

**A.O.** - Não, porque no meu tempo no Itamaraty não se falava naquilo. A experiência que nós tivemos com a China foi aquela infeliz, que agora aliás, está nos jornais outra vez. De que o

Brasil chegou a estabelecer relações com a China lá nos anos noventa não sei o quê, no Regime Militar.

**K.F.** - 1974.

**A.O.** - E depois acabou no tapa, quando a Polícia Federal brasileira meteu naquela missão chinesa que veio aqui e foram trancafiados, foram para a prisão. Está nos jornais, por coincidência, agora e tal. Eu vi isso outro dia a televisão dando retrato da missão chinesa e tal. Quem brilhou nessa altura foi o Pina, era um diplomata brasileiro. O Pina que brilhou como o Fulano que arrumou uma maneira de ser detido na China, posto em uma delegacia. Em torno disso fez-se um escândalo tremendo. Acho que foi daí que as relações foram rompidas por causa desse episódio com o Pina, que foi muito por culpa dele. Enquanto eu estava terminando o trabalho aqui, foi o estabelecimento das relações diplomáticas, que não duraram. As relações foram antes do Governo Militar. Quem estabeleceu as relações foi o João Goulart.

**K.F.** - A história oficial conta que foi rompido, a China rompeu com todos em 49 e com o Brasil foi restabelecida... Voltou a um parco comércio no início da década de 70, que foi restabelecido oficialmente em 74, quando teve os acordos de restabelecimento diplomático, de combinar as embaixadas - o Ítalo Zappa foi o primeiro embaixador lá.

**A.O.** - É, pois é. Mas isso aí é muito depois da história da primeira...

**K.F.** - Sim, são dez anos depois da prisão. Quase dez anos depois.

**A.O.** - Quem estabeleceu foi o João Goulart... Eu acho, inclusive, que o João Goulart foi à China, estava na China quando foi deposto.

**K.F.** - Sim, ele estava na China quando foi deposto.

**A.O.** - Estava na China quando estava deposto. Nessa altura, antes de estabelecer, o Itamaraty tinha criado um posto de observador da China em Hong Kong. Não tínhamos muita relação com a China, mas a China era ainda do tempo do Mao Zedong. Essa China que começou não existia, era a China do Mao Zedong com todos os seus monstros, seus pecados, mas que tinha um peso internacional muito grande.

**K.F.** - Quem era o observador naquela época, o senhor lembra?

**A.O.** - O Miguel Ozório de Almeida. A China tinha um peso internacional muito grande, os países do mundo todo reconheciam a China e tinha um embaixador lá; a França era um que tinha um trabalho importante com a China. E o Brasil nomeou um cônsul-geral em Hong Kong com a função específica, missão específica de observar o que acontecia na China, o desenvolvimento econômico da China, que era no tempo do Mao Zedong. E seria um dos mais inteligentes a passar pelo Itamaraty, um excelente diplomata, Miguel Ozório de Almeida, que fez um trabalho muito bom. Para você ter uma noção, a casa tinha essa ideia de que: “Ah, o Miguel Ozório está fazendo um trabalho muito bom, Miguel Ozório mandava grande relatório lá de Hong Kong e tal”. Em função desse relatório, o governo brasileiro estabeleceu as relações com a China que terminaram no tapa, algum tempo depois. Ainda não teve nada por causa da prisão não. A prisão foi uma situação que criou um clima de perplexidade. Mas aí houve, algum tempo depois, o episódio com o Pina, que era um sujeito dos mais ordinários do Itamaraty, mas que tinha lá os seus pistolões, era gaúcho, filho de um marechal amigo do Getúlio Vargas e tal. E o Pina, não me lembro mais em que circunstâncias, teve um incidente com os chineses. Foi tratado de uma maneira policialesca pelos chineses, que o detiveram, o puseram lá em uma sala de delegacia, para esclarecer a situação. Como era essa situação, não me lembro mais. Mas eu sei que em função desse episódio do Pina criou-se uma onda brutal com relação à China e foi aí que houve o rompimento de relações, que ficou até 74. Bom, mas voltando aqui à Campinas, eu fiz essa palestra, *A Grande Revolução Chinesa*; aquele meu conceito de que a Revolução Chinesa é algo que está evoluindo há cem anos e que teve um ápice na Revolução de 49 e depois nas reformas do Deng Xiaoping. O Deng Xiaoping, na minha visão, reinventou a China, reinventou o Partido Comunista. São outra coisa a China e o Partido Comunista depois do Deng Xiaoping. Mas essas modificações todas só realmente ganham substância, só começam a valer já no começo dos anos 90, depois do China Man, depois da famosa viagem imperial do Deng Xiaoping - ele fez uma viagem pelo leste asiático, por Macau, Hong Kong e tal, revendo toda a colocação interna e externa da China e tal. A China que conhecemos começa aí. Nas discussões que eu falo você vai saber que o Deng Xiaoping reinventou a China, reinventou o Partido Comunista. O próprio Partido Comunista é outro, não é o do Mao Zedong, é uma coisa diferente. Esta minha palestra aí na Unicamp cobre todo esse negócio aí.

**K.F.** - Agora, só fugindo um pouco do tema da entrevista, como o senhor vê as relações Brasil com Cingapura? Foi porque no período que o senhor foi para lá foi basicamente para estudar a região...

**A.O.** - Não tem. Não tem porque Cingapura não tem pessoal e nem assunto para manter uma embaixada do Brasil. Eu fui embaixador lá, o Murilo Valente tinha sido embaixador sete anos e eu fui quatro. Depois a embaixada não foi fechada, veio outro quando eu saí. Eu, mais de uma vez, perguntei ao ministro se tinha uma possibilidade de ter uma conversa mais franca, porque eles discutiam o Brasil: “Não temos pessoal, não podemos preencher essas frentes daqui. O Brasil é longe demais para nós e fluido demais para nós. Nós não temos gente”. Então, eles tinham, durante a minha estada lá em Cingapura, eles tinham o Fulano que morava em Cingapura, que era lá um empresário qualquer, e era embaixador no Brasil, na Argentina, no Peru.

**K.F.** - [risos] Um embaixador de quase meia América do Sul, mas não estava aqui.

**A.O.** - Morando em Cingapura, que era uma cidade muito gostosa de morar, excelentes restaurantes. A grande pedida de Cingapura, no meu tempo, era sair para jantar. Havia todo tipo de restaurante da melhor qualidade, de todas cozinhas que você imaginar. Você sabe que a cozinha chinesa tem quatro grandes culinárias: a cantonesa, a sichuanesa, a pequinesa e a de Xangai. A mais generalizada no mundo é a cantonesa, que, na realidade, uma boa metade da sua expansão mundial foi através do Vietnã - não são restaurantes chineses, são restaurantes vietnamitas. Se você for aqui ou acolá são restaurantes vietnamitas que passam por restaurantes chineses, comida cantonesa, uma adaptação, porque dentro da comida cantonesa há várias subdivisões. A outra comida genuína chinesa muito rica é a de Sichuan, que é muito apimentada. A de Pequim é a granfina, imperial. Foram feitas para o imperador e tal. E a de Xangai é uma mistura do que há de melhor na de Cantão com o que há de melhor na pequinesa. A de Xangai é um negócio sublime, muito sofisticado. Em Cingapura você tinha restaurantes de todos as coisas e das subdivisões disso e tal. De Xangai havia dois sós, dois restaurantes muito requintados, muito caros. Eu fui umas três vezes a um deles para conhecer a comida deliciosa de Xangai, restaurante muito caro. Quando eu tinha que escolher algum, escolhia sempre de Sichuan. Os que eu frequentava com mais prazer e mais continuidade eram de comida de Sichuan. Eu tinha uns três ou quatro lá prediletos meus, que eu ia lá. E os cantoneses caíram na vontade. Uma das subdivisões da cantonesa é da Ilha Hainan.

**K.F.** - O paraíso tropical chinês.

**A.O.** - Que cujo grande prato é galinha com arroz, que se faz aqui no Brasil. É o prato nacional de Cingapura...

**K.F.** - Cingapura tem uma grande influência chinesa, não?

**A.O.** - Tem.

**K.F.** - O idioma também, não? Eles usam ainda mandarim.

**A.O.** - É, pois é, tem. Três quartos da população de Cingapura é de origem chinesa, depois tem uma grande presença indiana. Em torno de setenta por cento são chineses. Depois onze por cento são malaios e nove por cento de indianos, ou vice-versa, e um por cento de europeu e coisas assim. Mas é uma ilha chinesa na sua visão do mundo. O Deng Xiaoping tinha uma grande admiração pelo Lee Kuan Yew, está muito presente nas decisões, nas políticas do Deng Xiaoping. Deng Xiaoping tem um grande respeito pelo Lee Kuan Yew, como exatamente um sujeito que tinha um modelo de desenvolvimento e que via a nação chinesa, a cultura chinesa. Os chineses atuais têm, inclusive, perto de Xangai, uma cidade que foi desenvolvida em conjunto com Cingapura, que não marchou muito bem, não foi um grande sucesso. Mas tudo lá foi feito em parceria com Cingapura. É uma cidade perto de Xangai. Então, Cingapura é uma ilha e pode ser chamada de uma ilha chinesa. Existe aqui... Se você tem interesse por Cingapura, eu tenho um grande amigo professor da PUC, mora lá em São Paulo, um sujeito muito acessível, que é, hoje em dia, um grande especialista em Cingapura aqui no Brasil.

**K.F.** - Qual nome dele?

**A.O.** - Eduardo Lobo. Carlos Eduardo Riberi Lobo.

**K.F.** - Ele é da Economia?

**A.O.** - É, ele conhece muito a Maria Hermínia.



**K.F.** - Eu acho que ele dava aula de Economia no mestrado da PUC.

**A.O.** - É provável. Ele é conhecido como Edu Lobo, mas não tem nada com o cantor. O nome dele é Carlos Eduardo Riberi Lobo. Mas é conhecido como Eduardo Lobo, Edu Lobo. Ele tem uma monografia sobre Cingapura excelente, que esgota tudo.

**K.F.** - Eu tenho uma amiga que estuda, que na verdade, mora em Cingapura e ela fala: “Olha, você sempre pesquisa o Leste Asiático, você pesquisa China, você tenta entender os arredores e aqui eles têm interesse em um pensamento brasileiro sobre nós”.

**A.O.** - Tem que conhecê-lo.

**K.F.** - Exatamente.

**A.O.** - Ele é o grande conhecedor sobre Cingapura aqui hoje no Brasil. Ele vem muito de vez em quando aqui conversar e tal. Eu transmiti a ele o que eu pude sobre Cingapura, sobretudo, sobre a forma de livro e publicações. Mas esse é o meu grande forte: distribuir livros das matérias, como mandava o poeta. [risos] Os livros das magias. Aqui, depois de aposentado, em Campinas, aconteceu muito comigo isso que está acontecendo: pessoas que estavam fazendo doutorado e tal, inclusive, aquele rapaz que eu falei, que não lembrei o nome, pediam para conversar comigo. Uma que teve muitas conversas, ficou muito amiga minha, a Isabela Nogueira. Ela viveu algum tempo em Pequim também, fala um pouco de chinês, não sei quanto. Mas ela é uma especialista em China. Ela ultimamente andava casada com um finlandês, passou uns tempos na Finlândia, mas eu creio que depois já tinha ido outra vez para a China. Capaz de estar na China também. De longe em longe, ela me manda um e-mail ou uma coisa assim. Durante algum tempo em que ela esteve aqui no Brasil, eu consegui inclusive que ela fosse convidada para algum desses seminários da Funag e tal. Mas ela depois se formou e andou pelo mundo.

**K.F.** - Obrigada.

[FINAL DE DEPOIMENTO]